

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

MATHEUS CRISTIANO QUINEIPP SILVA

***O ISEB e o Nacional Desenvolvimentismo: a busca de
“conteúdos geográficos” em três obras isebianas***

Maio/2023

São Paulo

MATHEUS CRISTIANO QUINEIPP SILVA

***O ISEB e o Nacional Desenvolvimentismo: a busca de
“conteúdos geográficos” em três obras isebianas***

Monografia apresentada a Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Bacharel em
Geografia

Orientador: Prof. Fabio Betioli Contel

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S586i Silva , Matheus Cristiano Quineipp
O ISEB e o Nacional Desenvolvimentismo: a busca de
"conteúdos geográficos" em três obras isebianas. /
Matheus Cristiano Quineipp Silva ; orientador Fabio
Contel - São Paulo, 2023.
58 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. ISEB. 2. Ideologia Geográfica . 3. Nacional
Desenvolvimentismo . I. Contel, Fabio, orient. II.
Título.

Nome: Matheus Cristiano Quineipp Silva

Título: O ISEB e o Nacional Desenvolvimentismo: a busca de “conteúdos geográficos” em três obras isebianas

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais, especialmente ao meu pai João, que nunca terminou seus estudos e infelizmente partiu quando eu era criança. Minha mãe Wanda, geógrafa de formação, que me acompanhou ao longo desses cinco anos. Além da minha cachorra Nara, que me deu ânimo e suporte emocional, especialmente durante a pandemia, sem ela tudo seria mais difícil.

Agradecimentos

Aos meus familiares que me apoiaram desde o início da graduação e me possibilitaram chegar ao final do curso.

Aos amigos do departamento de Geografia, História, Letras e Ciências Sociais que conheci ao longo desses cinco anos, muito obrigado por tudo.

Aos amigos Gabriel, Larissa, Felipe e Daniele que se tornaram grandes companheiros e que construímos uma linda amizade.

Ao meu amigo Felipe, responsável pela revisão de todo o trabalho e que me auxiliou na produção do conteúdo.

Ao professor Fabio Contel pela dedicação incansável, orientações, paciência e compreensão.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e à Universidade de São Paulo pela oportunidade de concretizar o curso de bacharelado e licenciatura.

Resumo

O presente trabalho pretende desenvolver uma análise preliminar sobre três obras publicadas pelo ISEB, na busca por possíveis “conteúdos geográficos” que apresentem, como características uma forma de pensamento, discursos ou ideologias que adentrem ao campo da geografia. Acerca deste objetivo principal, o campo das ciências sociais foi explorado, e nos permitiu trabalhar o conceito de ideologia através de vários autores, incluindo Tom Bottomore, Caio Navarro de Toledo e Antônio Carlos Robert Moraes. Realizamos uma contextualização histórica sobre o ISEB, apresentando seu corpo técnico e discutindo o nacional-desenvolvimentismo, com foco nas décadas de 1950 e 1960. Antes de realizar a análise sistemática dos textos, apresentamos uma catalogação das obras publicadas pelo Instituto. No que diz respeito à metodologia adotada na investigação, nos baseamos principalmente em dois instrumentos: a revisão bibliográfica e a pesquisa documental. Após a investigação e análise dos resultados obtidos, podemos afirmar que os conteúdos geográficos nas obras aparecem de forma circunstancial, com uma frequência abaixo do que esperávamos. Logo, para melhor desenvolvimento seria necessário um maior aprofundamento e estudos sobre as obras publicadas pelo ISEB.

Palavras-chave: ISEB. Ideologias Geográficas. Nacional-desenvolvimentismo.

Abstract

The presente work intends to develop a preliminary analysis of three works published by ISEB in a searching for possible “geography contends” that present as a characteristic a way of thinking, speech or ideology that penetrate the field of geography. Regarding this goal main, the field of social science was explored, allowing us to work with the concept of ideology through various authors, including Tom Bottomore, Caio Navarro de Toledo and Antônio Carlos Robert Moraes. We provided a historical contextualization about ISEB presenting its technical team and discusion the national-developmentalism, with focus on the decade of 1950 and 1960. Before performing the systematic analise of the text, we present a catalogue of the works published by the Institute. Regarding the methodology adopted in the investigation, we mainly relied on two instruments: bibliographic review and documentary research. After the investigation and analysis of the results, we can affirm that the geography contents in the works appear circumstantially, with a frequency lower than expected. Therefore, for a better development it would be necessary a greater deeping and studies about the works published by ISEB.

Keywords: ISEB. Geographical Ideologies. National-developmentalism.

Sumário

Introdução	10
1. Definições de ideologia e as Ideologias Geográficas	15
1.1 O conceito de Ideologia	15
1.2 Pensamento Geográfico e as Ideologias Geográficas	18
2. ISEB e o Desenvolvimento Nacional.....	21
2.1 O Nacional–desenvolvimentismo (1930–1964).....	21
2.2 ISEB: Fundação histórica e corpo técnico	27
2.3. Trajetória de Roland Corbisier, Celso Furtado e Gilberto Paim.	30
2.4. Catalogação das obras isebianas	35
3. A busca pelos conteúdos geográficos nas obras selecionadas	39
3.1. <i>Industrialização e Economia Natural</i> , Gilberto Ferreira Paim (1957)	40
3.2. <i>A Operação Nordeste</i> , Celso Furtado (1959).....	43
3.3. <i>Brasília e o Desenvolvimento Nacional</i> , Roland Corbisier (1960)	47
Considerações Finais	51
REFERÊNCIAS.....	57

Introdução

O presente trabalho visa analisar a atuação do antigo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) enquanto um dos principais órgãos responsáveis pela formação intelectual e emancipação cultural em prol do projeto de desenvolvimento nacional, defendido principalmente por Juscelino Kubitschek. A pesquisa se voltará à apresentação do corpo técnico e acadêmico do instituto, com seus principais pensadores e cientistas políticos, além de uma análise e catalogação de textos, artigos e trabalhos publicados ao longo dos seus nove anos de existência.

Através de uma análise dessas produções acadêmicas, o objetivo dessa pesquisa foi a identificação de possíveis “conteúdos geográficos” dentro das obras isebianas. Para isso, foram selecionadas algumas leituras a fim de identificar a presença de temas, conteúdos e conceitos que adentrem o campo do pensamento geográfico. Esse recorte foi escolhido a partir do estudo da obra *Ideologias Geográficas* ([1988], 2005), de Antônio Carlos Robert Moraes, em que o autor relata a produção acadêmica pouco extensa, no campo das ciências sociais, acerca de estudos sobre o ISEB e suas produções intelectuais. Conforme aponta o autor sobre o ISEB, “rastrear as concepções geográficas presentes em sua produção, constitui um tema de pesquisa de grande interesse” (Moraes, [1988] 2005. 135).

Diante desta lacuna identificada por Moraes, empreendemos nesta monografia uma investigação no campo mais amplo das ciências humanas. Por meio de uma busca sistemática das publicações isebianas, escolhemos algumas obras que puderam nos direcionar rumo a um debate mais sistemático sobre o tema. Para isso, selecionamos três grandes produções isebianas para nossa análise mais circunstanciada; são elas: *A Operação Nordeste* (1959), de Celso Furtado; *Industrialização e Economia Natural* (1957), de Gilberto Ferreira Paim, e *Brasília e o Desenvolvimento Nacional* (1960), de Roland Cavalcanti Corbisier. Uma leitura preliminar destas obras, quando redigimos nosso projeto de

pesquisa, indicava que seria possível tomá-las como “recortes empíricos” para a busca de conteúdos geográficos em seus discursos.

Formado por um amplo quadro constituído de historiadores, filósofos, cientistas políticos, economistas, jornalistas e intelectuais, o ISEB explicitava em seu regulamento geral a preocupação em realizar estudos, análises e publicações que visariam a elaboração de políticas econômicas e sociais alinhados aos planos de desenvolvimento nacional do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Nas palavras do próprio ex-presidente, cabia ao Instituto ser “responsável em formar uma, mentalidade, um espírito, uma atmosfera de inteligência para o desenvolvimento brasileiro” (Kubitschek, 1957).

Em síntese, grande parte das publicações do instituto foram pautadas na chamada “ideologia do nacional-desenvolvimentismo”, conforme afirma Caio Navarro Toledo (1978). Segundo o autor, essa posição tinha como objetivo central dar respaldo intelectual e teórico à elaboração de uma política nacional de desenvolvimento, para modernizar o país. Caio Navarro Toledo faz apontamentos precisos de como o ISEB utilizou do aparato federal para reforçar e disseminar uma “ideologia” de desenvolvimento nacional. Numa de suas principais teses, Toledo afirma que, mesmo com a difusão de obras, estudos, pesquisas e análises voltadas para o desenvolvimento nacional, o Instituto acabava por reproduzir a ideologia de classes, com falsos valores de conciliação, sobrepondo os interesses das classes dominantes sobre as classes dominadas; desta feita, era desconsiderado o protagonismo da classe trabalhadora no processo de superação das condições capitalistas de produção, as quais mantinham o país na periferia do sistema global em estado de subdesenvolvimento.

Mesmo com esses anseios desenvolvimentistas, havia no ISEB e em alguns intelectuais uma ala de apoio à política de Kubitschek. Nessa linha, destaca-se *Brasília e o Desenvolvimento Nacional*, de Roland Corbisier (1960), mais ligada ao campo ideológico de desenvolvimento territorial. Nela, o autor faz uma longa exposição em defesa da construção de uma nova capital no centro do país. Sua obra pode ser considerada como exemplo maior da ideologia do nacional-desenvolvimentismo (Oliveira, 2006). Uma das principais ideias

defendidas por Corbisier seria a completa inexistência de um espírito de “Nação brasileira”. Assim, seria urgente a necessidade de criação de uma cultura nacional de desenvolvimento, para finalmente deixarmos a condição de alienação e superarmos a posição de país subdesenvolvido.¹ Para isso, seria necessário “criar uma cultura brasileira autêntica, instaurando as condições objetivas que tornem essa cultura possível, isto é, promovendo a independência econômica do País pela revolução nacional do desenvolvimento” (Corbisier, 1960. 29).

Diante desse desejo ambicioso de constituir um nacionalismo brasileiro, o projeto de interiorização com uma nova capital seria uma das melhores maneiras de conquistar tal objetivo, pela visão de Corbisier. A edificação de Brasília não se resumia apenas a construção de uma simples cidade; havia todo um otimismo, com o desejo de redirecionar o futuro da nação, já que a obra promoveria integração com as regiões mais “isoladas” do interior do território, com inúmeras obras de infraestrutura rodoviária e ferroviária. “Brasília representava o resgate e o desenvolvimento dos “sertões” e, desde o início da edificação, já revelava efeitos sociais e econômicos em termos de crescimento e desenvolvimento”, mostra outro estudioso do tema (Oliveira, 2006. 498).

Nesse anseio pelo desenvolvimento nacional e preocupação no desenvolvimento de textos acadêmicos que servissem de base para a criação de políticas públicas, traremos a obra de um dos maiores nomes que passou pelo ISEB, o economista Celso Furtado. Baseado em uma de suas palestras colaborativas no ISEB Furtado redigiu *A Operação Nordeste* (1959); onde faz uma análise da complexidade econômica e social da região Nordeste. Com claras disparidades econômicas em relação às demais regiões do Brasil, o autor busca a gênese da formação territorial brasileira, desde a colonização portuguesa, para compreender os problemas estruturais do nordeste brasileiro.

Furtado (1959) observa ainda as atividades econômicas predominantes na região, como o cultivo de cana de açúcar presente nos extensos latifúndios

¹ Corbisier aborda essa alienação como “cultura colonial”, que por sua vez deriva das estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais dos países ou regiões subdesenvolvidas, que são no fundo subprodutos das estruturas dos centros dominantes. Incapazes de produzirem uma cultura própria e original, aceitam a imposição de crenças, ideias e valores que justificam seu *status* de dominado (Corbisier, 1960, p.28-29).

na Zona da Mata; a presença do algodão-mocó, a criação de gado e a cultura de subsistência das populações pobres nos sertões e agreste. O autor também dialoga com a dinâmica das secas, afetando diretamente milhares de pessoas; a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), dentre tantas outras problemáticas.

Já Gilberto Paim, na obra *Industrialização e Economia Natural* (1957), faz uma sofisticada explicação sobre a atuação do setor primário brasileiro na formação territorial nacional, ditando o ritmo do desenvolvimento interno do país. Com destaque para os setores cafeeiro e açucareiro – tendo eles grande destaque ao longo do século XIX e XX – o autor demonstra a atuação estratégica dessas áreas para a ampliação do mercado externo brasileiro, aumentando a escala das exportações brasileiras e trazendo enorme reconhecimento mundial ao Brasil, o qual atribuiu ao país a posição de um dos maiores exportadores de bens primários. O autor demonstra como o desenvolvimento do campo, através da instalação de pequenas oficinas manufactureiras e manutenção do comércio nas cidades ao redor, desencadeou um processo inicial de industrialização.

Mencionamos estas três obras também por outra questão central: uma análise prévia de seus conteúdos nos permitiu identificar que elas apresentam discussões e propostas que têm interfaces com a formação territorial brasileira e com as políticas de desenvolvimento regional. Por isso, decidimos por elegê-las como obras que servirão como material de análise empírico, para a identificação de possíveis “conteúdos geográficos” da produção intelectual isebiana.

Através da análise prévia das obras isebianas para a construção dessa pesquisa, identificamos também uma série de temas e termos que se encaixam na argumentação de Antônio Carlos Robert Moraes (2005) sobre o que ele entende por “conteúdos geográficos”. Mesmo não havendo geógrafos de formação que atuaram no ISEB, nas obras analisadas podemos encontrar a presença de indícios de conteúdos geográficos, mesmo não sendo a preocupação central dos autores. Portanto, trabalhamos com a hipótese da presença dessas características, as quais serão apresentadas no decorrer desta monografia.

Além do objetivo central do levantamento de temas e conceitos centrais na geografia nas obras observadas do ISEB, os objetivos secundários dessa pesquisa foram:

- 1) trabalhar com o contexto de ideologia e ideologia geográfica, principalmente com base nos textos de Caio Navarro de Toledo e Antônio Carlos Robert Moraes;
- 2) analisar o que foi o “nacional desenvolvimentismo”, que esteve presente na formação do territorial nacional, guiando políticas governamentais em boa parte do século XX;
- 3) O que foi o ISEB, quem foram seus principais intelectuais – focando na contextualização de Gilberto Paim, Celso Furtado e Roland Corbisier – e apresentar uma catalogação das obras publicadas pelo instituto;
- 4) apresentar de forma sistemática os trechos com características geográficas nas três obras estudadas;
- 5) trazer os resultados obtidos, conferindo se há ou não, a presença de conteúdos geográficos dentro dos três textos.

Marconi e Lakatos (2007) propõem um tripé fundamental na elaboração de trabalho científicos e monografias, sendo eles: revisão bibliográfica, pesquisa documental e trabalho de campo. Dentre esses três, nossa investigação optou pelo uso da revisão bibliográfica e revisão documental, com um recorte empírico delimitado às obras direcionadas ao ISEB e aos autores. Para além destes textos que foram mais detidamente analisados (as três obras dos Isebianos mencionadas), buscamos também fundamentar nosso argumento em textos, artigos científicos e teses direcionadas a compor nosso quadro teórico de referências.

Esperamos, com essa pesquisa, fazer uma contribuição ao campo do pensamento geográfico dentro da esfera das humanidades, além de voltar nossos olhares para a relevância do ISEB enquanto um órgão de produções acadêmicas voltado para a legitimação de visões de mundo e de embasamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico nacional.

1. Definições de ideologia e as Ideologias Geográficas

1.1 O conceito de Ideologia

Antes de iniciar o processo de reflexão sobre o que são as ideologias geográficas, foi necessário voltar para o campo das ciências sociais para analisar o conceito de ideologia. Utilizadas por várias vertentes metodológicas dentro das humanidades, “ideologia” terá seu conteúdo definido a partir do contexto do método e para qual propósito foi criada (Moraes, [1988] 2005).

Em um sentido amplo, ideologia corresponde *aquilo que seria o ideal*. Utilizando da visão de Karl Marx e Friedrich Engels, o conceito de ideologia está totalmente relacionado ao conceito de alienação. Sua função seria garantir e reproduzir a relação de dominação da classe burguesa sobre a classe proletária. Nesta visão de mundo, pautada sobre a dominação, a ideologia apresenta como primeira característica o ocultamento que cega ou esconde a realidade sobre os olhares daqueles que são dominados. E busca insistentemente a naturalização das desigualdades, a ideologia viria para justificar a naturalização do capital, sendo inevitável a exploração das classes trabalhadoras (Iasi, 2018).

Marcada por uma sociedade de intensas contradições sociais, o filósofo alemão demonstra como a ideologia passa a servir em favor das classes dominantes:

“Com efeito, enquanto os homens, por força de seu limitado modo material de atividade, são incapazes de resolver essas contradições na prática, tendem a projetá-las nas formas ideológicas de consciência, isto é, em soluções puramente espirituais ou discursivas que ocultam efetivamente, ou disfarçam, a existência e o caráter dessas contradições. Ocultando-as, a distorção ideológica contribui para a sua reprodução e, portanto, serve aos interesses da classe dominante. Portanto, a ideologia surge como um conceito negativo e restrito. É negativo porque compreende uma distorção, uma representação errônea das contradições. É restrito porque não abrange todos os tipos de erros e distorções.” (Bottomore. [1983] 2013, 294)

Nessa conjuntura, Marx e Engels apontam como a ideologia burguesa se manifesta na realidade da sociedade burguesa, através da própria política de dominação do Estado e da religião. Em relação ao Estado, com o uso constante das políticas capitalistas em defesa a igualdade, liberdade e propriedade, o

mercado também foi fonte das ideologias políticas burguesas. Mas é claro como o uso da classe burguesa em defender a liberdade e igualdade apenas oculta a realidade sob o processo de troca dos valores. No fundo, revelam a falta de liberdade as desigualdades marcantes na sociedade, com a classe burguesa detentora dos meios de produção e da propriedade (Bottomore, [1983] 2013).

Mesmo com uma conotação mais negativa de ideologia em relação às primeiras obras de Marx que vieram a público, Bottomore demonstra que posteriormente outros significados do termo foram tomando forma. No início do século XX, ainda com criticidade, as novas versões desenvolveram uma concepção de maior “totalidade das formas de consciência social e a concepção da ideologia como as ideias políticas relacionadas com os interesses de uma classe” (Bottomore, [1983] 2013, 295).

Nessa nova linha de pensadores, voltamos ao texto de Caio Navarro de Toledo (1978). O autor utiliza de algumas ideias marxistas para dialogar sobre o conceito de ideologia, e como elas eram abordadas dentro do ISEB. O autor, busca discutir o tema das ideologias na sociedade de classe dentro das Ciências Sociais. Ao atribuir a ideologia a função de coesão e manutenção das estruturas sociais, corremos o risco de criar representações necessariamente falsas do real, pois essa forma de pensamento estaria a serviço de determinados grupos sociais influentes. Logo, estaríamos diante de uma ideologia das classes dominantes.

Com uma interpretação proveniente da leitura da obra *A Ideologia Alemã*, o autor trabalha em como as ideias dominantes sempre serão conduzidas pela classe dominante, exercendo o poder material sobre a sociedade, enquanto as ideologias das classes trabalhadoras seriam controladas e posteriormente destruídas. Mesmo estando a classe trabalhadora em maior número, elas estariam reféns devido ao alto grau de domínio e de alienação a qual foram submetidas. Esse controle se daria, por exemplo, através da religião, forças do mercado que visam a naturalização da exploração do trabalho e também pelo Estado. Nesse cenário, as relações de explorações – em nível de ação e de pensamento – continuariam reproduzindo a estrutura vigente (Toledo, 1978).

Para escapar desta espécie de “ocultamento” da realidade, somente com a luta de classes e mobilização das classes subalternas, possibilitariam a superação desse campo ideológico. Uma aliada a luta da classe trabalhadora

seria, portanto, a própria produção científica, capaz de explicitar as determinantes concretas do processo social e romper a alienação; esta explicitação se daria desde que essa produção não fosse controlada ou apropriada pelas camadas dominantes, pois assim não seriam usadas como instrumento de manutenção das relações de dominação, e sim como um instrumento de ruptura, libertando a classe trabalhadora das amarras ideológicas.

Com toda essa argumentação acerca das ideologias, Toledo demonstra a necessidade de observar o nível de sistematização científica – se houver – em torno do campo ideológico, para que se evite certo grau de dominação e alienação. Mas, sob o olhar da realidade de uma sociedade capitalista, toda produção científica, cultural, política e econômica está passível de ser ideologizada. Caberia ao campo da epistemologia crítica observar se há condições de formulação entre ideologia e ciência em termos alternativos ou disjuntivos (Toledo, 1978)

Diante toda essa exposição, voltamos ao ISEB para observar como a ideologia nacional-desenvolvimentista se apresentava. Mesmo que houvesse uma série de negações, por parte de Kubitschek, a respeito da difusão de ideologias por parte do Estado através do Instituto, notamos como essa afirmação era falsa (ou no mínimo discutível). O ex-presidente alegava que os estudos científicos não apresentavam resquícios de quaisquer preconceito ou sectarismo, mas Toledo demonstra que havia outras determinações em jogo.

Mesmo com o órgão estando subordinado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), o ISEB gozava de certa “autonomia e plena liberdade de pesquisa” e por isso, caberia ao Estado não se comprometer com demais direcionamentos e posições que o instituto seguisse. Contudo, o aparelho estatal era conivente com a ideologia patrocinada pelo ISEB, já que supostamente representava os “interesses gerais” do país. Assumiu-se assim, uma ideia de que a Ideologia do Desenvolvimentismo Nacional constituía uma “ideologia não-ideológica” ou uma ideologia “acima de qualquer suspeita”, longe de quaisquer vícios ou intenções secundárias (Toledo, 1978).

Envoltos a essa noção ideológica, o autor demonstra ainda que não houve uma preocupação, por parte dos intelectuais isebianos, tematizar a questão teórica sobre ideologias dentro do campo epistemológico. Logo, segundo o

autor, seus autores foram vítimas do processo de “*ideologização* do pensamento”, ou seja, na busca em produzir a verdadeira situação do país frente aquele momento histórico, todos eles foram incapazes de se livrarem da *ideologização* de sua própria ideologia (Toledo, 1978).

Fechando seu raciocínio com críticas ao ISEB, o filósofo faz um balanço sobre o que considerou como inconsistências na produção bibliográfica do órgão. Para ele, a ideologia empregada no Instituto foi marcada por inspirações intelectualistas voltadas aos interesses da classe média. Houve enormes dificuldades e grandes ambiguidades ao abordarem o uso da ideologia nacional-desenvolvimentista para as classes dominadas; partindo das críticas ao forte apelo populista, Toledo identificou certo protagonismo voltado ao autoritarismo do Estado e às classes burguesas enquanto agentes principais do processo de desenvolvimento nacional. Os próprios autores, em sua maioria, não reconheciam a possibilidade de adoção a qualquer ideologia desenvolvimentista vinda das classes trabalhadoras, concebendo outros modelos econômicos e sociais para dialogar com o modelo hegemônico. O ISEB se alçou assim como protagonista na elaboração de vasta produção acadêmica e científica, interpretando de forma tangencial os interesses das classes populares, além de “falarem por elas”. Como um todo, gestou-se um certo “nacionalismo burguês”, que por sua vez resultou em um ocultamento e segregação de qualquer consciência vinda das classes populares.

1.2 Pensamento Geográfico e as Ideologias Geográficas

Para voltarmos nosso debate sobre pensamento e ideologia, mas sob um olhar da geografia, embasamos nosso argumento na produção intelectual de Antônio Carlos R. Moraes, em suas obras *Ideologias Geográficas* ([1988] 2005) e *Território e História do Brasil* (2002), que nos auxiliarão a realizar uma discussão dos níveis de abordagem do discurso geográfico na reprodução do espaço.

Para Moraes, a geografia sempre esteve presente em todos os períodos históricos e em todas as sociedades, pois foi concebida através das relações dos seres humanos com o meio que os abriga; portanto, pode-se dizer que sempre

existiu uma geografia (material ou discursiva) em cada grupo social ou em cada civilização (Moraes, 2002). Trata-se em primeiro lugar de uma geografia mais “espontânea” do cotidiano, com base no conhecimento de senso comum e das representações do “espaço vivido”, com reflexões do espaço ocupado. Surge então o primeiro nível de abordagem: o que o autor denominou de “horizonte geográfico”.

Com a necessidade de diferenciar e historicizar as culturas para contextualizar suas geografias, de um lado foi posto a geografia oriunda do conhecimento do senso comum e dos povos sem escrita; no outro campo se agruparam os escritos do saber erudito acerca do espaço e da superfície da terra. Assim, o pensamento geográfico – tendo base nas análises de produções literárias, filosóficas, científicas e pensamento político, no que diz respeito aos temas abordados no campo da geografia – surge como segunda categoria dos discursos geográficos, abrangendo vários significados históricos, suas fontes, concepções atuais, além de reflexões providas de outras disciplinas próximas ao temário da geografia. Para o autor, *pensamento geográfico* entende-se como:

“um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma das sociedades, num momento determinado, possui acerca do seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas. Trata-se de um acervo histórico e socialmente produzido, uma fatia da substância da formação cultural de um povo. Nesse entendimento, os temas geográficos distribuem-se pelos variados quadrantes do universo da cultura.” (Moraes, [1988] 2005, 31).

Como último nível de abordagem, Moraes ([1988] 2005) discorre em sua obra sobre diferentes definições a respeito do conceito de ideologia. O autor observa as mais diferentes definições atribuídas ao termo, as quais emergiram da teoria social de Marx, observando que dentro do universo das ciências sociais, há um campo das ideologias que expressam a consciência do espaço trabalhada sobre um cunho político; é neste campo em que se desenvolvem as chamadas ideologias geográficas.

Ao introduzir a discussão sobre o contato entre ideologia e geografia, o autor aponta para uma série de reduções sobre o debate, como por exemplo a restrição do universo de análise da geografia, sem levar em conta a eficácia da discussão também no campo da disciplina, sem vinculações entre

representações do espaço com a prática política. O reducionismo também se faz presente campo pedagógico, ao atribuir as ideologias transmitidas pelo aparelho escolar, sem ao menos questionar suas representações e interesses. Ou também com um reducionismo envolvendo o debate com pouca concretude histórica, cheio de abstrações (Moraes, [1988] 2005).

Então, para se evitar o reducionismo sobre o debate, Moraes enxerga a necessidade de apreender a relação entre ideologia e geografia com o uso de quadros histórico-concretos. Nesse caso, por exemplo, entrariam no campo das ideologias geográficas aquelas que expressassem a consciência das sociedades em relação ao nexos sociedade-espaço; tais ideologias seriam reconhecidas como ideologias espaciais ou territoriais. E acrescenta sobre a discussão:

“As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares que impulsionam sua transformação ou o acomodamento nele. Expressam, enfim, localizações e identidades, matérias-primas da ação política. Adentrar o movimento de produção e consumo dessas ideologias implica melhor precisar o universo das complexas relações entre cultura e política.” (Moraes, [1988] 2005, 44)

Moraes conclui então seu raciocínio, agrupando em três modalidades as ideologias geográficas: 1) discursos que usam de uma visão do espaço, território e lugar; 2) discursos que usam de questões sociais como qualidades do espaço, como por exemplo as teses acerca do determinismo geográfico, e 3) discursos normativos sobre o espaço, em várias escalas, as quais se planejam a execução de projetos concretos na produção do espaço. Em todos esses discursos, cabe observar a presença de uma ideologia geográfica, as quais irão influenciar na produção do espaço.

2. ISEB e o Desenvolvimento Nacional

2.1 O Nacional–desenvolvimentismo (1930–1964)

No contexto da histórica política e econômica da América Latina, desde o início do século XX foi comum nos países da região busca pela implementação de políticas nacionais de desenvolvimento econômico, que proporcionassem avanços aos países mantidos na periferia do sistema capitalista global, superando as condições de exploração os resquícios do colonialismo. Frente a esse momento histórico, para contribuir no desenvolvimento sobre o tema, acrescentamos ao grupo de autores dentro dessa pesquisa um dos grandes nomes da economia brasileira: Luiz Carlos Bresser-Pereira.

Através da análise de sua obra *Do Antigo ao Novo Desenvolvimentismo na América Latina* (2010) procuraremos problematizar o que foi para o autor o “nacional-desenvolvimentismo”. Entre as décadas de 1930 e 1980², houve um forte crescimento econômico dos países da América Latina, em especial o Brasil. Puxados pela crise nos países centrais no início de 1930, os países sul-americanos adotaram estratégias políticas que acelerassem o desenvolvimento de suas economias através da proteção das indústrias nacionais que começavam a aparecer, além da forte atuação do Estado no desenvolvimento de setores chaves da economia, como na infraestrutura e na injeção de capital nas Indústrias de Bases, setor chave para a soberania nacional. Essa estratégia, segundo o autor, foi chamada de “nacional-desenvolvimento”:

“Esse nome tinha por objetivo enfatizar que, em primeiro lugar, o objetivo básico da política era promover o desenvolvimento econômico e, em segundo lugar, para que isso acontecesse, a nação – ou seja, os empresários, a burocracia do Estado, as classes médias e os trabalhadores unidos na competição internacional – precisava definir os meios para alcançar esse objetivo no âmbito do sistema capitalista, tendo o Estado como o principal instrumento de ação coletiva.” (Bresser-Pereira, 2010, 6-7).

Na América Latina, o primeiro estadista a iniciar uma política nacional-desenvolvimentista foi o Getúlio Vargas, que ascendeu como presidente no país

² Mesmo tomando 50 anos de desenvolvimentismo econômico, faremos um recorte histórico das três primeiras décadas; com um foco nos 15 anos do governo de Getúlio Vargas, passando pelos governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart (tendo os dois últimos, a participação direta do ISEB, foco da nossa pesquisa).

em 1930 e se manteve no poder até 1945. Logo na sua primeira passagem pela presidência da República, Vargas investiu pesadamente em setores importantes da economia, como na indústria nacional e infraestrutura, elevando os índices de desenvolvimento econômico do país; antes de seu governo, praticamente inexistia a presença de indústrias nacionais, e desde então o país apresentava uma indústria nacional de maior relevância, mesmo dentro da sua condição de país periférico.

Foi durante esses 15 anos de governo que uma série de transformações ocorreram no território brasileiro, ditado pela ideia de “país em construção” (Moraes, [1988] 2005). A ideologia nacionalista de desenvolvimento aflorava pelo território nacional com o desempenho de Getúlio Vargas e através dela, constituía uma nova formação do território nacional; já observávamos uma maior integração nacional, com desenvolvimento de regiões que antes estavam “esquecidas”. Tais avanços significavam uma tentativa do país em superar a condição de subdesenvolvimento e elevar a posição relativa do Brasil perante o mercado internacional, deixando de ser apenas um país exportador de matérias primas, mas também para um país exportador de bens industrializados.

No cenário nacional, a política de Vargas era marcada pela centralização de poder, principalmente a partir do Estado Novo, quando foi fechado o Congresso Nacional, assim como foram cooptadas as instituições democráticas (criando-se assim as condições para Getúlio se perpetuar no poder). No contexto da ditadura do Estado Novo (1937-1945), uma série de mudanças ocorre na política interna e externa do país. Há uma busca por parte de Governo Federal em construir uma identidade nacional e cultural aceita pela população, muito atrelada ao nacionalismo e na construção de identidade nacional. No campo da política externa, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o país tenta mudar sua postura frente ao mercado global. Com a impossibilidade de importar manufaturas provenientes dos países do centro do sistema capitalista, o país voltou suas necessidades para a indústria nacional, a qual assumiu a tarefa de suprir as demandas internas (Bresser-Pereira, 2010).

Além da otimização da indústria nacional, Vargas assume a necessidade de entender o território brasileiro e criar políticas territoriais. Em 1936 é criado o Conselho Nacional de Geografia, e a partir dele é fundado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em 1937/38. Ambos tiveram o intuito de

produzir conhecimento geográfico relevante (seja da geografia física ou da geografia humana) e levantar dados estatísticos e georreferenciados, para auxiliar na criação de políticas estatais, atendendo as necessidades do povo brasileiro. Destaca-se nessa fase, a relevância das ciências geográficas no plano institucional, tendo a geografia como uma das “armas” aos interesses gerais da Nação.

Além da contribuição da Geografia no desenvolvimento de políticas voltadas para a integração do território nacional, as demais ciências do campo das humanidades assumiram o protagonismo na formulação de projetos desenvolvimentistas por toda América Latina. Na década de 1950, os mais notáveis economistas, cientistas políticos, filósofos e sociólogos latino-americanos se juntam para a criação de importantes órgãos de estudos político-econômicos: em 1948 temos a criação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e no Brasil, o próprio Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 1955. Dentre seus objetivos, Bresser-Pereira (2010) os atribui as seguintes funções:

“Eles desenvolveram uma teoria do subdesenvolvimento e uma visão nacionalista do desenvolvimento econômico com base na crítica do imperialismo ou da “relação centro–periferia” – um eufemismo próprio de intelectuais públicos associados a uma organização das Nações Unidas. Os economistas latino-americanos, entre eles Raul Prebisch, Celso Furtado, Osvaldo Sunkel, Aníbal Pinto e Ignacio Rangel, inspiraram-se na economia política clássica de Adam Smith e Karl Marx, na teoria macroeconômica de John Maynard Keynes e Michael Kalecki, e nas novas ideias da escola da economia do desenvolvimento (da qual faziam parte) para constituir a escola estruturalista latino-americana” (Bresser-Pereira, 2010, 7).

No pós-guerra, há um rearranjo da política internacional e temos uma nova divisão internacional do trabalho, mercada pelo protagonismo brasileiro frente a América Latina. A década de 1950 foi marcada pela mentalidade desenvolvimentista, atrelada diretamente ao desenvolvimento territorial brasileiro, quando foi criada uma série de organizações voltadas ao progresso nacional. Além da CEPAL e o ISEB no campo na produção intelectual e científico, notamos o surgimento de importantes fundações auxiliaadoras ao desenvolvimento econômico. A industrialização era direcionada pelo Estado Nacional, o qual proporcionava um protagonismo crescente ao Brasil.

No segundo mandato de Getúlio Vargas (1951-1954), temos a fundação da Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 1952, além da Petrobras em 1953. Com o fim do Governo Vargas – após seu suicídio –, Juscelino Kubitschek vence as eleições de 1956 e continua o projeto desenvolvimentista brasileiro. Com seu lema de “50 anos em 5”, a política de Juscelino visava continuar a modernização do território nacional através da sua política desenvolvimentista. Através do Plano de Metas, instituído em 1958 pela Presidência da República, o projeto consistia no fortalecimento de quatro setores-chave da economia, principalmente aqueles ligados à infraestrutura nacional, sendo eles: 1) produção de energia, 2) transporte, 3) agricultura e 4) indústrias de base.³

Com as transformações advindas através do Plano de Metas, foi possibilitada uma nova etapa no processo de industrialização em nosso território. Como característica nova, o país possibilitou a entrada mais intensiva de capital estrangeiro, com abertura de “novas fronteiras tecnológicas e internacionalização de grandes empresas norte-americanas e europeias a partir dos anos 1950” (Bessa, 1994, 43). Atrelado a importação de capitais, a política de JK agia também nos investimentos públicos voltados a criar bases para a consolidação de infraestruturas energética e viária, além de fornecer créditos favoráveis ao setor privado (nacional e estrangeiro) para a estruturação de um parque industrial no Brasil, era o Estado atuando como condutor dos investimentos em prol do desenvolvimento nacional (Bessa, 1994)

Diante desse quadro de progresso nacional, o campo intelectual brasileiro também crescera na mesma proporção, acompanhado o ritmo progressista proporcionado pelo Estado. Nesse cenário, nos deparamos com a presença da geografia no apoio à idealização de políticas voltadas a produção do espaço nacional, entretanto, em um nível de baixa abstração e teorização. Em suma, pode-se dizer que em grande parte coube aos geógrafos participarem do levantamento empírico de informações relevantes à ação do Estado, assim como na produção de ideias para os debates políticos mais amplos (também auxiliando os economistas na construção de projetos). Assim como no planejamento regional dentro do IBGE, os geógrafos também participaram da elaboração dos

³ Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek (1958).

projetos voltados a edificação de Brasília, a execução do Plano Viário previsto no Plano de Metas, Comissão da Bacia do Paraná-Uruguai e na fundação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1959 (Moraes, [1988] 2005).

Ao longo de seu mandato, a busca incessante pela ideologia desenvolvimentista pouco surtia efeito sobre as desigualdades brasileiras, e uma série de tensões na sociedade civil vão surgindo. Dentro do ISEB, o apoio a JK já não era hegemônico, e divergências entre os intelectuais vão surgindo. No decorrer de sua existência, o Instituto foi sofrendo com algumas crises internas, devido a uma série de fatores, mas também por contradições que a própria realidade mostrava. Estes mesmos intelectuais do ISEB verificavam que vários processos em curso indicavam o contrário daquilo que as ideologias nacionais-desenvolvimentista esperavam: houve um estreitamento de vínculos de dependência econômicas do país em relação ao capital estrangeiro; um crescimento e desenvolvimento econômico pontuais em algumas áreas do território brasileiro, com fortes disparidades regionais – que Cândido Mendes tratou, a propósito, como “satelização” da economia nacional (Toledo, 1978, 181).

No final de tudo, essa ideologia nacional-desenvolvimentista utilizada por Kubitschek teria sido “peça retórica do Estado, a fim de mobilizar a sociedade em prol do fortalecimento do Executivo com discurso que pouca ou nenhuma consciência econômica demonstrava” (Bessa, 1994, 30). Nessa linha de pensamento, alguns autores dentro do ISEB destacam críticas sobre a defesa da ideologia difundida pelo instituto. Toledo destaca que na época outras críticas foram feitas aos trabalhos que eram publicados no ISEB. É o caso de Osny D. Pereira, denunciando os “vícios de origem” que o ISEB cometera desde o início do Governo JK, delatando as promessas não cumpridas ao longo de seu mandato. O autor faz apontamentos importantes que passaram “despercebidos” por alguns isebianos. Segundo ele, acentuou-se a crescente internacionalização da economia brasileira e um aumento da miséria nacional, e para solucionar essas desigualdades agora seria necessária uma ampla revolução social, a qual se denominou como Reformas de Base (Toledo, 1978, 152-153).

Estas Reformas de Base, por sua vez, passariam a ser defendidas durante o Governo de João Goulart. E agora não caberia mais ao Instituto atuar

enquanto “aparelho ideológico de Estado”, transformando “ciência” em “ideologia” (Toledo, 1978). Diante de um país com acentuadas desigualdades sociais, além de um endividamento externo crescente, Goulart dá início a um programa de Reformas de Base e emendas constitucionais que se fossem aprovadas, mudariam significativamente o panorama da sociedade, da política e da economia nacional. Dentre as mais importantes mudanças que se procuravam introduzir, destacavam-se a reforma agrária, a redistribuição de rendas públicas para Estados mais pobres, reforma bancária, exercício de direito à greve, dentre várias outras. Estas reformas, por sua vez, beneficiariam muito as classes trabalhadoras, e conseqüentemente, pouco interessavam à elite econômica nacional (principalmente sua parte mais retrógrada).

Na década de 1960, o Governo de João Goulart enfrentava um clima hostil frente a presidência da república. No contexto de Guerra Fria, afluía-se na América Latina a polaridade no campo ideológico entre socialistas e capitalistas. Pressionados pela política externa dos EUA, frente as supostas “ameaças comunistas” que pairavam sobre a América Latina – após o sucesso de Fidel Castro na ilha de Cuba em 1959 –, o Brasil era considerado um país estratégico para os norte-americanos. Crescia em torno a João Goulart a tomada de uma política externa de apoio as ideologias ao presidente estadunidense John Kennedy, entretanto não havia por parte de Jango a histeria de adotar qualquer um dos dois lados naquele momento. Goulart optou por uma Política Externa Independente (PEI), o que não agradava em nada a Casa Branca (Moniz Bandeira, 2010).

Após o ocorrido, uma relação que se parecia “amigável”, revelou as reais intenções por parte dos estadunidenses. João Goulart nunca fora bem-visto em Washington, pois o então presidente brasileiro era descrito como um “adepto ao socialismo”, devido sua proximidade com Leonel Brizola (1922–2004) e as massas populares. Crescia no Brasil a interferência norte americana para desestabilizar a democracia brasileira, e toda uma movimentação ilegal dos EUA aconteceu dentro do território brasileiro para promover um futuro golpe de Estado; dentre as ações implementadas neste contexto para desestabilizar o governo Jango, podemos citar: 1) Infiltração de agentes da própria *Central Intelligence Agency* (CIA) em território nacional; 2) financiamento em massa de grupos empresariais ligados aos interesses estadunidenses; 3) criação de

órgãos como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) para difundirem propagandas e ideologias radicais de direita (ideologias que buscavam desestabilizar a popularidade de Goulart e corroer as bases sociais/sindicais que sustentava o presidente); 4) Aproximação de Kennedy à governadores oposicionistas ao presidente brasileiro, como Carvalho Pinto, Adhemar de Barros, Carlos Lacerda e Aluísio Alves e 5) Financiamento massivo dos EUA a setores das Forças Armadas subservientes aos interesses norte-americanos (Moniz Bandeira, 2010).

Mesmo com uma aprovação popular de aproximadamente 70%, é interrompido o Governo de João Goulart após o golpe dado pelas Forças Armadas, apoiada e financiada pelos EUA. Chegava ao fim a democracia brasileira e iniciava a Ditadura Militar (1964 – 1985) e junto a ela, são proibidas e encerradas as atividades do ISEB. Denominado como “subversiva” pelos militares, a sede do ISEB foi invadida e depredada, com a destruição de documentos, arquivos e publicações (Toledo, 1978).

2.2 ISEB: Fundação histórica e corpo técnico

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foi criado em 14 de julho de 1955, pelo então novo presidente em exercício, João Café Filho (logo após o suicídio do Presidente Getúlio Vargas). Ao longo de sua trajetória, o Instituto se manteve ativo por nove anos, sendo extinto em 13 de abril de 1964 por Paschoal Ranieri Mazzili, logo após a deposição de João Goulart pelas Forças Armadas.

Apesar de ter sido fundado apenas em 1955, a ideia de criação do ISEB era gestada desde o segundo mandato de Getúlio Vargas. Desde 1953, um grupo de intelectuais do Rio de Janeiro buscava convencer o Ministro da Educação de Vargas, Cândido Mota Filho, da real necessidade de constituir um grupo capaz de assessorar o Estado na formação de uma ideologia nacional desenvolvimentista e formular uma concepção da realidade social brasileira (Toledo, 1978; Vale, 2006).

Nascia então o Grupo de Itatiaia, sob liderança de Hélio Jaguaribe. Sua composição era de intelectuais de Rio de Janeiro e São Paulo, dentre os quais se destacavam Cândido Antônio Mendes de Almeida e Guerreiro Ramos;

entretanto, o grupo teve vida curta e em 1953 se dissolveu. Encerrados os encontros no Parque Itatiaia, Hélio Jaguaribe cria um outro instituto, agora denominado Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), com a incorporação de Roland Corbisier e Nelson Werneck Sodré (Vale, 2006).

Em sua atuação, o IBESP teve cerca de três anos de funcionamento e com poucas publicações ao longo desses anos. Ao todo, o instituto produziu e publicou cinco edições da antiga revista *Cadernos do Nosso Tempo*. Desde o primeiro exemplar, houve a preocupação por parte do Instituto   interpretação da crise nacional. Entretanto, suas publicações apresentavam um alcance político e intelectual a um público restrito. Com o desenvolvimento do IBESP junto ao convênio junto a Capes⁴, o órgão de dispôs a produção de uma série de seminários a respeito dos problemas sociais do Brasil. (Toledo, 1978; Vale, 2006). Em 1955, por intermédio do Presidente da República João Café Filho, ocorre a fundação do ISEB. Ligado diretamente ao Ministério de Educação e Cultura (MEC), o ISEB tinha “como uma das suas finalidades a elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional”.⁵

Em sua composição, o ISEB contava com três órgãos administrativos: 1) Conselho Consultivo, era constituído por 50 membros designados pelo próprio Ministro da Educação e Cultura, entre cidadãos dos diversos ramos do saber e a  o, relacionados com os campos das atividades sociais, econômicas e políticas do país; 2) Conselho Curador,  rg o de direção do ISEB, com assistência do Conselho Consultivo, composto por oito membros designados também pelo Ministro do MEC, integrado por cidadãos de notória competência nos assuntos que constituem o objeto das atividades do ISEB e 3) Diretoria Executiva,  rg o de execução das deliberações do Conselho Curador, exercida pelo Diretor eleito pelo Conselho Curador (Toledo, 1978).

Quanto ao seu corpo técnico, o ISEB tinha como Diretor Executivo Roland Corbisier. Já no Conselho Curador estavam presentes: An sio Teixeira, Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, Hélio Burgos Cabal, Hélio Jaguaribe, José Augusto de Macedo Soares, Nelson Werneck Sodré e Roberto de Oliveira Campos. Já os responsáveis pelos departamentos acadêmicos eram os

⁴ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

⁵ Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, V.24, n 60, p.266-268.

seguintes: Filosofia – Álvaro Vieira Pinto; História – Cândido Mendes; Sociologia – Alberto Guerreiro Ramos; Ciências Políticas – Hélio Jaguaribe e Economia – Edvaldo Correa Lima (Toledo, 1978).

Ao longo dos seus nove anos de funcionamento, Toledo (1978) divide em três momentos os principais eventos e mudanças dentro do Instituto. No primeiro momento, caracterizou-se pela manifestação das mais variadas posições ideológicas em seus quadros. O filósofo comprova isso ao apresentar os intelectuais das mais variadas posições políticas que compunham o Conselho Consultivo e o Conselho Curador: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto Campos, Horário Lafer, Lucas Lopes, Miguel Reale, Pedro Calmon, Paulo Duarte, Heitor Villabos, Santhiano Dantas, Fernando de Azevedo, Luiz Viana Filhos, Hermes Lima, Augusto Frederico Schmidt e Sérgio Millet (Toledo, 1978).

No segundo momento, que corresponde ao quinquênio de Juscelino Kubitschek, se encontra a ideologia nacional-desenvolvimentista de forma hegemônica dentro do ISEB. Como já foi exposto anteriormente, houve um forte apoio financeiro por parte de JK ao Instituto e um grande apoio intelectual à política do então presidente. Diante desse cenário de mútuos interesses “maquiados” atrás de uma ideologia, alguns isebianos do grupo “histórico” percebiam os vícios internos e optaram por abandonar seus cargos. Dentre eles, o autor aponta para o desligamento do Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos em 1958, em que o próprio Guerreiro Ramos justifica sua saída, assinalando que o ISEB se “transformou em uma agência eleitoreira” e “numa escola de marxismo-leninismo” (Ramos 1963 *apud* Toledo, 1978).

O terceiro e último momento correspondeu aos anos do mandato de João Goulart, em que o ISEB acompanhou o movimento político das Reformas de Base. Com as devidas críticas realizadas ao fim do Governo JK – acerca das “promessas” não cumpridas e o entreguismo nacional ao capital exterior –, crescia no país a conscientização das frentes parlamentares nacionalistas, confederações de trabalhadores e dos movimentos estudantis, para o apoio às reformas institucionais propostas por Goulart. Dentro do ISEB há uma série de mudanças na administração e no posicionamento de seus intelectuais. Figuras como o professor Osny Pereira Duarte e Wanderley Guilherme dos Santos

ganham espaço dentro do Instituto após críticas ao aparelhamento do ISEB às ideologias desenvolvimentistas e ao ex-presidente JK (Toledo, 1978).

Através da última publicação oficial do ISEB, *Introdução aos Estudos das Contradições Sociais no Brasil* (1963) de W. Guilherme dos Santos, Toledo demonstra a ruptura com o pensamento hegemônico de alguns anos atrás:

“W. Guilherme denunciou em seu livro a ideologia desenvolvimentista como a ideologia das classes dominantes, antecipando, em certa medida, recentes críticas que se valem de tais categorias para a compreensão dos problemas do desenvolvimento nas áreas periféricas do mundo capitalista. (Toledo, 1978,190)

Em seus últimos anos de existência, dos intelectuais históricos do primeiro momento, somente Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré permaneceram ligados ao ISEB. Nesse estágio, o Instituto passava por uma reformulação de seu quadro teórico-político, integrando jovens professores e líderes de movimentos estudantis. Era uma guinada do Instituto mais ligada à esquerda e aos movimentos sociais. Entretanto, logo chegou ao fim após os nefastos acontecimentos de abril de 1964.

2.3. Trajetória de Roland Corbisier, Celso Furtado e Gilberto Paim

Antes de iniciar a busca pelos “conteúdos geográficos” nas obras dos três intelectuais citados acima, vamos realizar um breve levantamento de dados biográficos sobre os isebianos, autores esses que contribuíram para o desenvolvimento cultural, político e educacional do país. Dos autores trabalhados, apenas Roland Corbisier pertenceu a linha dos “históricos” do ISEB, já que o mesmo esteve presente desde a gênese do Instituto.

Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier

Roland Corbisier (1914-2005), natural de São Paulo, passou pelo Colégio São Luiz e pelo Ginásio São Bento antes de ingressar na faculdade. Na década de 1930, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco e fez pós-graduação em Filosofia na Faculdade de Filosofia de São Bento e na

Faculdade de Filosofia do Estado. Nas décadas seguintes lecionou filosofia em colégios de São Paulo, mas também se voltou para a realização de cursos e conferências no antigo Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), como o curso de *Introdução Geral à Filosofia e Estética de Hegel*, com patrocínio inclusive do Museo de Arte Moderna de São Paulo (MASP) (Vale, 2006).

Na década de 1950, teve uma breve passagem pelo Instituto de Sociologia e Política (ISP), mas, por conta ideologias conservadoras dentro do instituto, uma de suas monografias a respeito de distribuição de riquezas e justiça na repartição do produto social foi recusada, e o filósofo optou em sair. Em 1955 se muda para Rio de Janeiro e, com o auxílio financeiro da CAPES e do Instituto Brasileiro de Filosofia, ministrou um curso de *Introdução à Filosofia* na Escola Nacional de Belas Artes. Além do magistério, também foi um dos idealizadores do ISEB, no qual exerceu o cargo de Diretor Executivo e foi responsável por lecionar disciplinas de filosofia, além de realizar conferências sobre cultura e desenvolvimento, Nacionalismo e Desenvolvimentismo (Vale, 2006. 37).

Após deixar o ISEB, se voltou para a vida política. Exerceu por apenas um ano o mandato de deputado federal em 1964, perdendo o cargo devido à ditadura militar. Em 1967, fundou o Centro de Estudos Brasileiros e entrou na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), onde permaneceu ativo até meados da década de 1990 e ministrou conferências e cursos de filosofia hegeliana. Dentre as obras mais reconhecidas do autor estão *Responsabilidade das Elites* (1956), *Formação e problema da cultura brasileira* (1958), *Filosofia, política e liberdade* (1975) e *Os intelectuais e a revolução* (1980).

Celso Monteiro Furtado

Celso Monteiro Furtado (1920-2004) é considerado um dos maiores intelectuais brasileiros no campo da economia, autor de renome no campo da política nacional e também de toda a América Latina. Paraibano, em 1939 se mudou para Rio de Janeiro, onde concluiu seu bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade Nacional de Direito. Em 1943 assume uma vaga administrativa dentro do Departamento de Administração de Serviço Público (DASP) – órgão criado por Getúlio Vargas para assessorar a

administração pública junto às políticas de organização do Governo – e, no ano seguinte, por meio de concurso público, assume uma vaga em Técnico de Administração na Divisão de Organização e Orçamento do Departamento de Serviço Público (antigo DSP). Nessa época, Celso Furtado já passa a publicar seus primeiros artigos voltados à administração dos recursos públicos (Tenório e Wanderley, 2018).

Com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial combatendo as forças fascistas na Itália, Celso Furtado acaba sendo convocado pelas Forças Expedicionárias Brasileiras (FEB) para atuar em solo italiano. No pós-guerra, passa por uma temporada na França e ingressa na Universidade de Paris Sorbonne para a realização de seu doutorado. Em sua tese, defendida em 1948, Furtado dissertou sobre a economia brasileira do período colonial. Tal estudo viria a ser a base para uma de suas obras mais conhecidas, *Formação Econômica do Brasil*, publicada em 1959.

Logo em seguida, com seu retorno ao Brasil, Furtado recebe a oportunidade de compor o grupo de intelectuais da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). É nesse momento que o autor foca seus estudos na formação econômica da América Latina, produzindo estudos para auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas dos Estados sul-americanos. Além do cargo de Diretor de Desenvolvimento na CEPAL, Furtado também assume como presidente do grupo CEPAL–BNDE, auxiliando Getúlio Vargas na fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, em 1952. Anos depois, com a criação do ISEB, Furtado participa brevemente das atividades desempenhadas pelo Instituto, colaborando com uma série de dez palestras e cursos, conduzidos ao longo dos anos de 1957 a 1959.

Dentre suas conferências, o ISEB opta em publicar uma das obras escolhidas para compor o objeto de análise desta monografia: *Operação Nordeste*, publicada em 1959, e baseada em uma das palestras dada por Furtado no ISEB, a respeito da formação econômica do Nordeste e a atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), da qual o autor era superintendente. Mesmo sem ter participado de nenhum conselho administrativo do ISEB, Celso Furtado colaborou diretamente em diversos órgãos públicos ligados ao desenvolvimento nacional.

Com o início do Governo de João Goulart, o economista é convidado para formular um plano econômico junto ao BNDE. Através do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, Furtado é convidado por Goulart para integrar o Ministério do Planejamento, onde atua por um breve período. Com o golpe de 1964, Celso Furtado perde todos os cargos públicos e passa a ser perseguido pela ditadura militar brasileira, tendo que se exilar no exterior (Tenório e Wanderley, 2018).

Em seu exílio, Furtado volta-se exclusivamente à produção acadêmica, passando pelo Instituto de Estudo do Desenvolvimento da Universidade de Yale (Idem), nos Estados Unidos. Posteriormente, retorna para a França, onde passa mais de 20 anos, atuando como professor em Sorbonne. Com a reabertura política no Brasil, em 1981 Furtado se filia ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e, em 1986, retorna ao Brasil para atuar junto ao Governo de José Sarney (1985-1990) como Ministro da Cultura. No Brasil, Furtado volta a atuar como servidor público, unindo a vida política e a acadêmica até seus últimos anos de vida, publicando seu último livro em 2002.

Ao longo de sua trajetória, Celso Furtado dedicou mais de 60 anos à carreira como servidor público. O autor trabalhou intensamente junto ao Estado Brasileiro, colaborando em diversas frentes na busca pelo desenvolvimento econômico brasileiro, atuando na linha frente junto dos principais órgãos e institutos econômicos do país e da América Latina e utilizando de todo o seu conhecimento e experiência em prol da soberania nacional. Com todo seu legado, Furtado nos deixou como herança intelectual uma vasta produção acadêmica contendo todo seu pensamento crítico, suas teses e conhecimentos; dentre suas principais obras, destacamos: *Economia Brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento* (1954), *Formação Econômica do Brasil* (1959), *A Operação Nordeste* (1959), *Subdesenvolvimento e Estagnação da América Latina* (1966), *Formação Econômica da América Latina* (1969), *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), *A Fantasia Organizada* (1985), *Brasil, a construção interrompida* (1992), *O Capitalismo Global* (1997) e *Em busca de um Novo Modelo* (2002).

Gilberto Ferreira Paim

Gilberto Ferreira Paim (1919-2013) natural de Jacobina, na Bahia, ingressou na Faculdade de Direito em Salvador no início da década de 1940. Prossegue com seus estudos no Rio de Janeiro, onde opta por abandonar sua graduação em direito e transferir-se para a de economia. Na década de 1950, Paim escreve-se no concurso oferecido pelo Conselho Federal de Economia para conquistar o título de economista, com a defesa de sua tese *A dualidade básica da economia brasileira*.

Dedicou-se à função de jornalista e também a institutos acadêmicos, como foi o caso do ISEB, atuando no serviço de estudos e pesquisas, junto de seu irmão, Antônio Paim, filósofo e historiador que compunha o quadro de intelectuais dentro do ISEB. Pela sua passagem no Instituto, o autor publicou uma das suas principais obras: *Industrialização e Economia Natural* (1958), o qual disserta sobre o processo de industrialização brasileira através setor primário, ou no caso, da economia natural.

Após o fechamento do ISEB com o golpe militar, Gilberto Paim desenvolveu laços com o parlamentar e ministro Roberto Campos, o qual ocupou o Ministério do Planejamento ao longo do governo Castelo Branco (1964 – 1967). Fruto dessa amizade, Gilberto Paim participou do Projeto Minerva⁶, que estabeleceu uma concessão com a Universidade George Washington, para a realização de um curso destinado aos funcionários brasileiros sobre a área de finanças. Gilberto Paim também se voltou ao Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, sediado no Rio de Janeiro. Entretanto, maior parte de sua vida, o autor de destinou a produção jornalística, atuando como editor na revista Carta Mensal (Velez, 2020).

Através das análises gerais sobre suas obras, percebemos o foco do autor em avaliar o processo de formação territorial brasileiro desde o século XVIII, no período Pombalino, até as últimas décadas do século XX, com as mudanças na política brasileira. Dentre suas obras, destacamos: *Industrialização e Economia*

⁶ O Projeto Minerva foi uma estratégia política utilizada ao longo da Ditadura Militar para promover ensino à distância através da radiodifusão. Iniciou-se na década de 1970, mas teve seu funcionamento pleno somente em 1980. Tal programação contava com a cobertura de todo o território nacional, inclusive para os lugares mais remotos. (Bernardi, 2014)

Natural (1958), *O estoque brasileiro e capital segundo sua origem* (1975), *Petrobrás: um monopólio em fim de linha* (1994), *Amazônia de Pombal sob ameaça* (2009) e *De Pombal à abertura dos portos* (2011).⁷

2.4. Catalogação das obras isebianas

Ao longo dos nove anos de funcionamento do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, não se sabe o número exato de obras que o ISEB publicou. Através da obra de Edison Bariani Junior, *ISEB: Um Recenseamento Bibliográfico*, o autor aponta para a escassez, no campo das ciências humanas, de estudos direcionados as obras publicadas durante a existência do Instituto. Diante dessa necessidade, nos voltamos a tarefa de acrescentar ao recenseamento de Bariani, o maior número possível de obras publicadas pelo Instituto. Para este fim, realizamos uma busca minuciosa em acervos online da Universidade de São Paulo (Sistema Dedalus); na própria Biblioteca Floresta Fernandes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), além de demais obras direcionadas ao ISEB e seus autores.

Das obras coletadas, encontramos leituras subdivididas em temas sobre economia, sociologia, pedagogia, política, filosofia e recursos naturais. O ISEB também chegou a traduzir algumas produções estrangeiras e discursos realizados no anfiteatro do Instituto. Entretanto, para facilitar nossa catalogação, dividimos por autores as obras encontradas, que listamos abaixo em quadros analíticos.

⁷ VELEZ, Ricardo. Pensadores Brasileiros – Gilberto Ferreira Paim (1919–2013). Disponível em: www.ricardovelez.com.br/blog/pensadores-brasileiros-gilberto-ferreira-paim-1919-2013. Acesso em: 24 abr. 2023

Quadro 1 - A produção de Alberto Guerreiro Ramos

Ano	Referências
1956	"A dinâmica da sociedade política no Brasil". <i>Revista Brasileira de Estudos Políticos</i> , Belo Horizonte, v. 1, pp. 23-38.
1957	Apresentação. In: RANGEL, Ignácio. <i>Dualidade básica da economia brasileira</i> . Rio de Janeiro: ISEB, p. 7-14
1957	"Fundamentos sociológicos do poder nacional". <i>Revista do Clube Militar</i> , Rio de Janeiro
1957	<i>Condições sociais do poder nacional</i> . Rio de Janeiro: ISEB
1957	<i>Ideologias e segurança nacional</i> . Rio de Janeiro: ISEB
1957	<i>Introdução crítica à sociologia brasileira</i> . Rio de Janeiro: Andes
1958	<i>Estrutura atual e perspectivas da sociedade brasileira</i> . <i>Revista Brasiliense</i> , São Paulo, n. 18, p. 48-59
1958	<i>A redução sociológica</i>
1959	<i>Nacionalismo e problemas brasileiros</i> . <i>Revista Brasiliense</i> , São Paulo, n. 21, p. 35-50
1960	<i>O problema nacional do Brasil</i>

Fonte: Edison Bariani Junior (2005).

Quadro 2 - A produção de Álvaro Borges Vieira Pinto

Ano	Referências
1956	<i>Ideologia e Desenvolvimento Nacional</i> . Rio de Janeiro: ISEB.
1958	Introdução. In: JASPERS, Karl. <i>Razão e anti-razão em nosso tempo</i> . Rio de Janeiro: ISEB.
1959	<i>Textos Seleccionados para o Ensino</i> . Rio de Janeiro: ISEB.
1960	<i>Consciência e Realidade Nacional</i> . Rio de Janeiro: ISEB, v. I e II
1962	<i>Por que os ricos não fazem greve?</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
1963	"Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento". <i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i> , Belo Horizonte, v. III, n. 2, p. 252-79.
—	" <i>Gênese e formas da consciência nacional</i> ". Rio de Janeiro: ISEB.

Fonte: Edison Bariani Junior (2005).

Quadro 3 - A produção de Cândido Mendes de Almeida

Ano	Referências
1957	Nacionalismo e Desenvolvimento. <i>Revista do Clube Militar</i> , Rio de Janeiro.
1958	<i>Perspectiva atual da América Latina</i> . Rio de Janeiro: ISEB.
1962	<i>Desenvolvimento e problemática do poder</i> . Síntese Política, Econômica e Social, Rio de Janeiro, v. 4, n. 14, p. 60-9.
1963	<i>Nacionalismo e Desenvolvimento</i> . Rio de Janeiro: IBEEA, 2ª ed.

Fonte: Edison Bariani Junior (2005).

Quadro 4 - A produção de Hélio Jaguaribe Gomes de Matos

Ano	Referências
1957	<i>Para uma política nacional de desenvolvimento</i> . Conselho Nacional do Trabalho, Rio de Janeiro.
1957	<i>A filosofia no Brasil</i> . Rio de Janeiro: ISEB.
1957	Sucinta análise do nacionalismo brasileiro. <i>Revista do Clube Militar</i> , Rio de Janeiro.
1958	<i>Condições institucionais do desenvolvimento</i> . Rio de Janeiro: ISEB.
1958	<i>O Nacionalismo na Atualidade Brasileira</i> . Rio de Janeiro: ISEB.

Fonte: Edison Bariani Junior (2005).

Quadro 5 - A produção de Nelson Werneck Sodré

Ano	Referências
1957	<i>As classes sociais no Brasil</i> . Rio de Janeiro: ISEB.
1957	<i>O tratado de Methuen</i> . Rio de Janeiro: ISEB.
1958	<i>Introdução à Revolução Brasileira</i> . Rio de Janeiro: José Olympio.
1959	<i>Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro</i> . Rio de Janeiro: ISEB.
1961	<i>A Ideologia do Colonialismo</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
1962	<i>Formação Histórica do Brasil</i> . São Paulo: Brasiliense.
1962	<i>Quem é o povo no Brasil?</i> Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
1963	<i>A Burguesia Brasileira e a República</i> . Revista de Estudos Sociais, Rio de Janeiro, v. 5, n. 17, p. 19-45.

Fonte: Edison Bariani Junior (2005).

Quadro 6 - A produção de Rolando Cavalcanti de Albuquerque Corbisier

Ano	Referências
1956	<i>Responsabilidade das elites</i> . São Paulo: Martins.
1956	<i>Situação e Alternativas da Cultura Brasileira</i> . Digesto Econômico, Rio de Janeiro, v. 7, n. 130, p. 37-57.
1957	<i>Nacionalismo</i> . Digesto Econômico, Rio de Janeiro, v. 14, n. 138, p. 59-69.
1958	<i>Formação e Problema da Cultura Brasileira</i> . Rio de Janeiro: ISEB.
1960	<i>Brasília e o Desenvolvimento nacional</i> . Rio de Janeiro: ISEB.

Fonte: Edison Bariani Junior (2005).

Quadro 7 - A produção de Wanderley Guilherme dos Santos

Ano	Referência
1962	<i>Desenvolvimentismo: ideologia dominante</i> . Tempo Brasileiro, v. 1, n. 2, p. 155-92.
1962	<i>Introdução ao Estudo das Contradições Sociais no Brasil</i> . Rio de Janeiro: ISEB.
1963	<i>Quem dará o golpe no Brasil?</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
1963	<i>Quando a crítica é que dá o golpe</i> . Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro
1963	<i>Reforma Contrarreforma</i> . Rio de Janeiro.

Fonte: Edison Bariani Junior (2005).

Quadro 8 - Outras obras publicadas pelo ISEB

Ano	Referências
–	ANDRADE, Primo Nunes. <i>Brasília, Marco Histórico da Criação de uma Cultura Mediterrânea</i> . Rio de Janeiro, ISEB.
1958	BASTO SILVA, Geraldo. <i>Educação e Desenvolvimento Nacional</i> . Rio de Janeiro, ISEB.
–	BARBOSA, Júlio. <i>Aspectos Sociológicos e Econômicos da Mudança da Capital</i> . Rio de Janeiro, ISEB.
1959	DEBRUN, Michel. <i>Ideologia e Realidade</i> . Rio de Janeiro: ISEB.
–	CASTRO, Josué. <i>Significação Geopolítica de Brasília</i> . Rio de Janeiro, ISEB.
1958	FURTADO, Celso Monteiro. <i>Perspectiva da Economia Brasileira</i> . Rio de Janeiro, ISEB.
1959	FURTADO, Celso Monteiro. <i>Operação Nordeste</i> . Rio de Janeiro, ISEB.
1958	JASPERS, Karl. <i>Razão e anti-razão em nosso tempo</i> . Rio de Janeiro, ISEB.
–	JOFFILY, José. <i>Aspectos Institucionais da Mudança da Capital</i> . Rio de Janeiro, ISEB.
1962	JULIÃO, Francisco. <i>Quais são as Ligas Camponesas?</i> Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
1959	LEMOES, Newton Lisboa. <i>Manganês</i> . Rio de Janeiro: ISEB.
–	MACHADO NETO, A. L. <i>Ordem Jurídica e Desenvolvimento</i> . Rio de Janeiro, ISEB.
–	MARTINS, Geraldo Bruno. <i>Álcalis</i> . Rio de Janeiro: ISEB.
1960	MYRDAL, Gunnar. <i>Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas</i> . Rio de Janeiro, ISEB.
–	NUNES, Maria Thetis. <i>Evolução do ensino secundário no Brasil</i> . Rio de Janeiro, ISEB.
1959	OLIVEIRA JUNIOR, Ernesto Luiz. <i>Ensino técnico e Desenvolvimento</i> . Rio de Janeiro: ISEB. 2ª edição.
1957	PAIM, Gilberto. <i>Industrialização e Economia Natural</i> . Rio de Janeiro: ISEB.
–	PAIXÃO, Moacyr. <i>Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico</i> . Rio de Janeiro: ISEB.
1960	PEREIRA, Osny Duarte. <i>Estudos Nacionalistas: considerações à margem do Brasil contemporâneo</i> . São Paulo: Fulgor.
1963	PEREIRA, Osny Duarte. <i>O ISEB. O desenvolvimento e as Reformas de Base</i> . Revista Brasiliense, São Paulo, n. 47, p. 23-41
1962	PEREIRA, Osny Duarte. <i>Quem faz as leis no Brasil?</i> Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
1958	RANGEL, Inácio. <i>Dualidade Básica da Economia Brasileira</i> . Rio de Janeiro: ISEB.
1957	RANGEL, Inácio. <i>Recursos Ociosos na Economia Nacional</i> . Rio de Janeiro: ISEB
1959	SCHILLING, Paulo. <i>Trigo</i> . Rio de Janeiro: ISEB.
1957	SILVA, Geraldo Bastos da. <i>Educação e Desenvolvimento Nacional</i> . Rio de Janeiro: ISEB.

Continuação

–	TÁVORA SANTOS, Ézio. <i>A Economia do Município</i> . Rio de Janeiro: ISEB.
–	TOLEDO SANTOS, Sebastião. <i>Carvão</i> . Rio de Janeiro: ISEB.
1957	INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS. <i>Introdução aos problemas do Brasil</i> . Rio de Janeiro: MEC/Departamento de Imprensa Nacional.
1957	KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, Juscelino <i>et alii</i> . <i>Discursos</i> . Rio de Janeiro, ISEB.
–	CEPAL. <i>Problemas Teóricos e Práticas do Desenvolvimento</i> . Rio de Janeiro: ISEB.

Fonte: Edison Bariani Junior (2005).

3. A busca pelos conteúdos geográficos nas obras selecionadas

Seguindo na busca pelos conteúdos geográficos, neste capítulo traremos em síntese todos os trechos com características geográficas encontrados ao longo de cada uma das três obras selecionadas. De maneira concisa, os trechos foram separados e transcritos de acordo com sua temática, a fim de construir uma linha de raciocínio que demonstre como o pensamento geográfico se desenvolveu com os três autores. De início, seguiremos a ordem cronológica das publicações, primeiro com a obra de Gilberto Paim, seguida pela de Celso Furtado e de Roland Corbisier.

3.1. *Industrialização e Economia Natural*, Gilberto Ferreira Paim (1957)

Seguindo o projeto de emancipação cultural proposto pelo ISEB, a obra *Industrialização e Economia Natural*, de Gilberto Paim, corresponde a uma análise crítica do autor com base no ensaio *El Desarrollo Económico em Brasil*, apresentado como tese de conclusão de curso na Comissão Econômica das Nações Unidas, em 1954. Paim volta-se em seu texto ao que ele denomina de “Economia Natural” e em todo o papel que esse setor desempenhou no desenvolvimento nacional e no seu protagonismo na formação territorial brasileira (além do seu fortalecimento e do reconhecimento global obtido pelo Brasil como um dos maiores exportadores de bens primários). Dentre desses temas, trechos com características geográficas foram separados e sintetizados nesta pesquisa para desenvolver o nosso argumento.

A partir de um foco inicial voltado ao desenvolvimento da economia brasileira, o autor destaca o protagonismo do que ele chama de “economia natural” durante o terceiro quartel do século XIX. Este setor da economia era composto pelas grandes fazendas latifundiárias de produção de café e de cana-de-açúcar espalhadas pelo território nacional, e que tinham como base o trabalho escravo. De origens coloniais, a economia natural se estabeleceu graças ao predomínio e à expansão das monoculturas canavieiras no Nordeste, e posteriormente se espalhou nas províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio Janeiro através do cultivo do café e da exploração do ouro (especialmente em Minas Gerais). Todas estas atividades utilizavam do trabalho escravo e

perduraram até as últimas décadas do século XIX, decaindo após a proibição do tráfico negreiro e posteriormente com a Lei Áurea de 1888. Paim (1957) demonstra os avanços da política econômica brasileira ao longo desse período, com o país conquistando posição de relevância frente ao comércio internacional e forte protagonismo no mercado externo.

Com a abertura dos portos em 1808 e o fim do pacto colonial com a Coroa Portuguesa, cresce ao longo do século a demanda por produtos agrícolas no exterior. Todos os esforços eram voltados para o aumento das exportações e a expansão dos latifúndios, ao passo que os setores voltados ao mercado interno se encontravam desassistidos pelo Império e pelas oligarquias. Com a situação do mercado externo desfavorável às importações, o país volta-se à necessidade de driblar essa dependência, e foi justamente no campo que surgiu a possibilidade de as atividades manufatureiras atenderem à demanda do mercado interno. São nas fazendas que surgem os primeiros indícios da fabricação de manufaturas (artigos de consumo, instrumentos rudimentares de trabalho, entre outros) e, com essa especialização, surgem as primeiras pequenas cidades no campo, próximas às grandes fazendas.

Com um princípio de crescimento urbano no campo e um surto na mercantilização da produção interna, Paim (1957) observa no cenário nacional as condições necessárias para uma reorganização das unidades econômicas. Com esse desenvolvimento, a economia natural atingira seu apogeu. Segundo dados expostos por Paim, ao todo o Brasil teve entre os anos de 1806 e 1850 aumento de 30% nas exportações de açúcar, algodão, borracha, cacau, café e mate, enquanto nas décadas seguintes, até 1889, as exportações geraram um lucro de 440%. Além do crescimento demográfico de 127% no primeiro período e um aumento populacional de 86% até 1889. Mesmo com essa porcentagem elevada das exportações dos bens primários, esses dados nos revelam um fato apontado pelo próprio autor: uma divisão internacional do trabalho que posicionava o país na condição econômica de exportador de matérias primas e bens primários. O Brasil exportava seus produtos primários e agrícolas em troca de tudo aquilo que necessitava, inclusive as manufaturas que eram produzidas no seio da economia natural.

O autor observa que somente no final do século XIX, em 1885, o Brasil apresenta um desenvolvimento mais sólido da indústria nacional e uma

consolidação do mercado interno. As sucessivas melhoras no mercado interno resultaram na substituição gradual das importações de bens e, na primeira década do século XX, a indústria nacional conseguia substituir 78% das importações destinadas a artigos de consumo, e o capital era voltado ao setor terciário, em empresas de produção de tecidos, couros, mobílias, cigarros, artigos de cerâmica, entre outros. Conforme exposto por Paim (1957), observamos o projeto de fortalecer a indústria nacional para substituir bens de consumo industrializados, e esses esforços se voltaram para um maior e melhor aproveitamento dos fatores nacionais, constituindo bases para os setores industrial e comercial.

Além das mudanças econômicas nesses setores, Paim aponta para mudanças no modelo de produção cafeeira. Mesmo com a abolição do comércio de escravos pelo Reino Unido no começo do século XIX, houve pouca redução do tráfico em solo brasileiro. Sendo a força motriz da economia natural, o tráfico de escravos continuou forte no Brasil, com sua alta lucratividade aos latifundiários. A atuação dos escravos dentro da lavoura e nas oficinas de manufaturas ditavam o crescimento do setor primário. Entretanto, após 1850, o tráfico negreiro se tornou uma opção cara e desfavorável a economia natural; exigia-se internacionalmente uma mercantilização da produção cada vez maior, além do projeto de embranquecimento da população brasileira, que consistia no incentivo à migração europeia para o Brasil, na busca por trabalhadores livres no setor agrícola.

Ao passo que crescia a demanda internacional por nossos produtos, se desenvolviam as relações de trabalho e seu modo de produção. Em 1875 já eram visíveis os sinais de especialização nos meios de produção, principalmente nas províncias de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Também era notável a valorização do trabalho nacional. Com a passagem para o século XX, a produção cafeeira retomava seus impulsos com os planos econômicos de valorização ao longo da década de 1910. O mercado mundial expandia-se continuamente, mas a produção brasileira crescia num ritmo ainda maior do que o mercado era capaz de absorver. Paim (1957) aponta para a queda nas exportações, sendo exportado pelo país em 1921/30 cerca de 137.690.566 sacas, enquanto a produção brasileira atingia número de 187.991.722 sacas, ou seja, o país deixava de exportar mais de 43 milhões de

sacas da sua produção. Anunciava-se um cenário de crise de superprodução no Brasil, com a consequente desvalorização da safra, além da queda brusca de preço de todos os produtos nacionais exportáveis.

Paim mostra ainda que no quinquênio de 1925-1929, houve a exportação de 10.413.701 toneladas de produtos brasileiros, vendidas a um valor de £440.947.000. E que de 1935 a 1939 o país apresentou um aumento de 70% nas suas exportações, totalizando 17.280.000 toneladas, entretanto com uma queda de 57% no valor das exportações, que totalizaram apenas £190.841. 000. Tais dados demonstram os efeitos da crise de 1929 na economia natural brasileira, afetada mesmo com o seu dinamismo e a alta capacidade produtiva do país. A crise apresentou uma série de desafios e impactos ao país, prejudicando desde a exportação do café até a de outros bens agrícolas e matérias-primas. Com a eclosão da crise, o governo age em defesa do setor cafeeiro, com a atuação direta na criação do Conselho Nacional do Café, com o objetivo de minimizar os impactos no setor.

3.2. A Operação Nordeste, Celso Furtado (1959)

Na segunda obra de análise, *A Operação Nordeste*, Celso Furtado se baseia em uma de suas palestras no ISEB, fruto de uma exposição realizada através do curso *Introdução aos Problemas do Brasil* destinado aos oficiais das Forças Armadas em 1959. Nela, o autor volta-se para as necessidades de desenvolvimento do Nordeste brasileiro e analisa a formação territorial da região desde o período colonial, trabalhando seus aspectos socioeconômicos e naturais, além de suas desigualdades e dificuldades enfrentadas por aqueles que vivem na região. Ademais, Furtado também observa o crescimento das atividades econômicas da região, além de realizar comparações entre a formação econômica do Nordeste e a do Centro-Sul.

Diante desses temas, trechos com características geográficas foram sintetizados para análise nesta pesquisa, afim de construir bases para o desenvolvimento da proposta deste presente trabalho.

De início, Furtado problematiza na obra o processo de formação nacional, em que ele enxerga uma série de disparidades socioeconômicas e um

isolamento entre as regiões brasileiras, as quais ele descreve como “constelações de pequenos sistemas econômicos isolados” (Furtado, 1959. 11).

Diante desta descrição, o autor retorna ao processo de formação econômica e de industrialização no início do século XX. Com o período de crises do sistema capitalista, o mercado interno brasileiro conseguiu suprir os déficits com a queda das exportações de café, açúcar e borracha, adotando uma posição estratégica frente ao mercado nacional e buscando uma maior integração dos setores econômicos no país. Furtado disserta sobre o fortalecimento do mercado interno, com todos os setores fomentando a economia nacional. Entretanto, o autor aponta para os principais problemas sofridos por países subdesenvolvidos, em especial o Brasil: a divisão internacional do trabalho, com as metrópoles industrializadas e as colônias fornecedoras de matérias-primas. No caso descrito, enquanto o Centro-Sul conseguia promover um desenvolvimento técnico de suas forças produtivas, puxado pelo acúmulo de capital gerado pela economia de café, o Nordeste encontrava-se dependente da venda de bens primários de baixo custo, em troca de manufaturas.

Em consequência dessa divisão do trabalho, o processo de industrialização no Brasil promoveu desigualdades regionais, priorizando o desenvolvimento dos estados da região Centro-Sul, enquanto o Nordeste sofria com a falta de investimentos econômicos. Nesse cenário, Furtado se volta para a gênese dos problemas do Nordeste, procurando analisar os seguintes processos: as desigualdades socioeconômicas dentro da região; as principais atividades econômicas empregadas e como elas são afetadas pelas condições climáticas; atuação pouco efetiva por parte do Governo Federal na tentativa de promover políticas de desenvolvimento, como a Sudene. Paralelo a isso, o autor propõe um plano de ação.

Ao se voltar à formação econômica do Nordeste, o autor descreve o surgimento da economia açucareira e, com ela, como a concentração de renda e a expansão dos latifúndios desde o século XVII ditaram a formação territorial daquela região. Com a economia do açúcar a pleno vapor, os engenhos de cana aproveitavam as terras úmidas do litoral nordestino e, ao passo que aumentavam os latifúndios açucareiros, crescia a interiorização e ocupação da Caatinga, puxada pela pecuária. O gado penetrou por todo o sertão nordestino e com ele

um contingente populacional foi adentrando em direção à floresta amazônica ao leste do Maranhão.

No final da década de 1920, com a Grande Depressão, as exportações de cana-de-açúcar foram massivamente prejudicadas e o cenário econômico se modificou, pois a economia açucareira já não conseguia absorver a mão de obra disponível e um excedente populacional ocioso se formou. Com o desemprego em alta, massas de trabalhadores se deslocavam para o interior à procura de trabalho e de melhores condições de vida. Diante de um território com condições climáticas adversas e com baixos níveis de infraestrutura e de desenvolvimento, surge, segundo Furtado, uma economia de baixíssima produtividade.

Essa nova economia ocupou toda a área do que o autor denominou de *hinterland* semiárido, que incluía o território do Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Paraíba e porções do território de Pernambuco, Alagoas, Piauí e Sergipe, área com um total de aproximadamente 12 milhões de habitantes. Pela descrição do autor, o *hinterland* semiárido correspondia à área caracterizada pelo clima semiárido e pela vegetação da caatinga. Por conta dos baixos níveis pluviométricos anuais, as altas temperaturas, a vegetação espinhosa e o solo raso com pouca matéria orgânica, era impossível continuar o cultivo de cana-de-açúcar. Logo, as atividades que melhor se desenvolveram no *hinterland* nordestino foram a pecuária extensiva e o cultivo de algodão.

Furtado descreve as condições de produção e força de trabalho nas fazendas típicas da região. Eram chamados de “moradores” os trabalhadores rurais que residiam nas fazendas de algodão. Estes não eram formalmente empregados, recebiam baixos salários e formavam uma espécie de “sociedade” com o grande agricultor, o qual lhes concedia uma pequena faixa de terra para a lavoura e moradia. Contudo, pela ausência das técnicas necessárias para produzir em meio ao solo seco do agreste, a pobreza e a fome imperavam sobre a população sertaneja. Além das altas taxas de desemprego, crescia o subemprego, com a população marginalizada se sujeitando a trabalhos temporários de meação de gado, migrando constantemente para fugir da seca, ou então vivendo de biscates e favores. Assim era composta a economia regional do Nordeste: de um lado, uma economia açucareira estendida pelo litoral e altamente concentradora de renda; de outro, uma economia de subsistência de baixa rentabilidade, marcada pela presença da pecuária extensiva e pelas

monoculturas de algodão-mocó, com uma população sertaneja marginalizada, submetida ao desemprego e demais condições de vida precária, e que constantemente se vê obrigada a migrar de cidade em cidade, fugindo da seca.

Diante desse quadro de problemas, o autor volta seus esforços na criação de um plano de ação, no qual ele apresenta uma série de medidas que poderiam amenizar as disparidades socioeconômicas e promover um desenvolvimento territorial do Nordeste. De início, o autor reconhece a falta do devido conhecimento geográfico sobre a região e de seus elementos da fauna e flora, além da disponibilidade dos recursos hídricos como um todo. Para Furtado, em um primeiro momento seria necessário envolver esforços para desenvolver técnicas produtivas na agricultura, adotando um sistema de armazenamento e irrigação das colheitas, buscando um aumento da produtividade para assim mitigar a fome. Junto a isso, seria necessária a ampliação dos investimentos industriais na região, gerando mais empregos formais e absorvendo o contingente populacional apto a trabalhar.

Ao desenvolver a primeira linha de ação sobre o campo da agricultura, o autor inclui a necessidade de redução dos rebanhos em algumas áreas, pois como a sua criação requeria amplas extensões, poderiam dar espaço a culturas mais lucrativas, como a do algodão-mocó – além de diminuir o impacto da pecuária sobre o solo, diminuindo o risco de erosões e a vulnerabilidade nos períodos de seca. Outra ação correspondia à necessidade de expandir a fronteira agrícola do Nordeste, incorporando terras mais úmidas ou com uma incidência maior de chuva no inverno, o que impactaria também na absorção do excedente populacional, ampliando o acesso da população a novas terras produtivas.

Na segunda linha de ação, caberia um projeto que visaria o aumento dos investimentos industriais na região, com subsídios federais para uma ampliação da infraestrutura necessária para a instalação e o desenvolvimento de um setor industrial. Com o financiamento de obras voltadas para o setor de transporte, o autor aponta para uma maior integração com o Centro-Sul brasileiro, o que constituiria uma porta de entrada para a instalação de novas indústrias.

Pela argumentação de Furtado, apenas com a expansão do setor secundário as altas taxas de desemprego decairiam progressivamente, absorvendo mais de meio milhão de pessoas em idade para trabalhar. Com a

industrialização, seria dada a essa população a oportunidade de uma melhor condição de vida, acabando com a evasão de trabalhadores e a necessidade de migração.

Mesmo com uma política cambial desfavorável – em detrimento do avanço técnico do Centro-Sul em comparação com o Nordeste –, o autor enxergava possibilidades reais de um setor industrial forte no Nordeste, estando melhor situado do que em outras localidades pelo Centro-Sul. Devido à abundância de energia, de mão de obra ociosa e de extensas culturas de algodão, haveria bases sólidas para a indústria têxtil desenvolver um amplo mercado no região, alavancando a economia e diminuindo a disparidade existente entre Nordeste e Centro-Sul.

3.3. *Brasília e o Desenvolvimento Nacional*, Roland Corbisier (1960)

Na terceira e última obra analisada, *Brasília e o Desenvolvimento Nacional* (1960), Roland Corbisier tomou como base uma de suas palestras promovidas no ISEB sobre a construção de Brasília, que contou inclusive com a presença de figuras do governo, como o ministro da Educação, Clóvis Salgado.

Na obra de Corbisier, dos temas observados que adentram ao campo de estudos da geografia, encontramos passagens voltadas aos processos de urbanização, de industrialização e de desenvolvimento territorial que, segundo o autor, a construção da nova capital traria de imediato. Diante do projeto de emancipação econômica e cultural, Corbisier defende em sua argumentação a urgência em construir uma cultura nacional que traria o espírito de “Nação Brasileira”. Seguindo essa linha de pensamento, o autor discute as raízes coloniais que o país cultivou ao longo de toda sua formação nacional e que moldaram toda a sua estrutura política, social, econômica e cultural. Com esse argumento – diante dos avanços da dominação capitalista ao longo dos séculos – o país foi posto na periferia do sistema capitalista e mantido como subdesenvolvido no contexto da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), estando sujeito às mais variáveis formas de dominação pelos países centrais do capitalismo global. Entre elas, a ausência de um projeto de desenvolvimento

econômico; e a imposição de crenças, valores e ideias para justificar o status de dominação por parte dos países capitalistas centrais.

Nesse processo de formação nacional, é observado pelo autor todo o processo de dominação do colonizador. Visando apenas seu interesse exploratório, o território foi se desenvolvendo, mas sem nenhuma preocupação com a integração territorial. Na América Portuguesa, os centros de produção e suas principais capitanias não dispunham de redes de conexões interligadas, eram constituídas como “ilhas isoladas”. Apenas algumas localidades contavam com uma rede precária de transporte, que direcionava o escoamento da produção dos engenhos às áreas portuárias para que fossem exportadas para a metrópole. Assim foi se constituindo o território nacional, com uma população fixada em grandes engenhos e centros comerciais próximos ao litoral e uma sociedade pautada em uma economia escravista de exportação de bens primários e consumidora de manufaturas.

Já no final do século XVIII e início do XIX, Corbisier nota os primeiros indícios de industrialização e crescimento econômico ao longo do território nacional. Há o aumento do número de engenhos de açúcar no Nordeste; ao Norte, há a expansão da exploração das seringueiras e, no Centro-Sul, a expansão do setor cafeeiro, da pecuária e da mineração, as quais possibilitaram um forte acúmulo de capital em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Entretanto, o autor defende que foi no período Vargas que houve uma atuação estatal mais contundente em prol do desenvolvimento econômico nacional, puxado pela criação das companhias estatais e de empresas nacionais, com destaque para iniciativas como a construção da Siderúrgica Nacional de Volta Redonda (1941), a inauguração da Fábrica Nacional de Motores (1942), a construção da Hidrelétrica do São Francisco (1948, já sob o governo Dutra) e a fundação da Petrobrás (1953, com a volta de Vargas à Presidência da República).

É nesse período, justamente nas em meados do século XX, que o autor defende a necessidade de se alcançar a soberania nacional através da criação de um mercado interno alavancado pela industrialização nacional. Segundo Corbisier, seria fundamental para a soberania nacional a instalação de indústrias de base e parques fabris, pois assim o país adotaria uma posição de maior independência em relação ao mercado exterior, substituindo o modelo de venda

de bens primários em troca de bens industrializados. Com a adoção dessa política econômica, o Brasil alcançaria uma ampla integração da economia nacional com empresas dinâmicas, agregadas a redes de transportes e comunicações, o que elevaria a capacidade produtiva do país.

Entretanto, Corbisier se depara com alguns problemas internos, derivados do fato de que o Brasil ainda reproduzia suas raízes coloniais e necessitaria superar seus vícios e mazelas oriundos da colonização, pois os mesmos impossibilitavam o seu desenvolvimento tecnológico, social, cultural, político e econômico.

Entre esses impasses, o autor destaca o processo de urbanização das principais capitais brasileiras. Em sua análise, Corbisier entende o crescimento urbano nacional como um processo caótico e irregular; para o autor, as grandes cidades, da forma como eram organizadas, eram em grande parte geradoras de novos problemas sociais e incapazes de suprir as necessidades vitais de sua população, com sérios problemas de infraestrutura. A cidade que melhor sintetizava estes problemas era justamente a antiga capital federal, o Rio de Janeiro. Pela exposição do autor, a cidade do Rio de Janeiro enfrentava insolúveis problemas de infraestrutura, com os serviços públicos de abastecimento, transporte e habitação em colapso.

Para remediar essa situação, o autor se volta para a tese central de seu livro, a defesa da necessidade de se edificar uma nova capital federal no interior do Brasil. Esse anseio em superar o legado colonial presente no Rio de Janeiro, está muito conectado com a forma de pensamento expressada pelo autor, que enxergava a possibilidade de uma nova capital nacional como o início de uma nova era de progresso e de avanços significativos no Brasil. Em sua obra, encontra-se uma vasta argumentação sobre uma possível “superioridade intelectual” e um “simbolismo desenvolvimentista” que se conquistaria com a construção de Brasília.

A construção da nova capital era vista como uma das maiores realizações arquitetônicas do século XX: toda a sua imponência e grandeza representavam uma nova possibilidade de progresso e de desenvolvimento econômico jamais vistos no Brasil. Assim era visto o ideal desenvolvimentista presente na obra isebiana de Roland Corbisier – o projeto ambicioso e estratégico de ocupação

do Planalto Central representava um forte avanço para a integração nacional almejado pelo Plano de Metas de Kubitscheck.

Em suas análises, Corbisier argumentava sobre os benefícios que uma capital “pulsante” traria ao centro do país, estabelecendo novas rotas econômicas que desconcentrariam o principal fluxo econômico do país, Rio-São Paulo, promovendo uma redistribuição de investimentos para regiões distantes do Sudeste. Sua edificação acarretaria um desenvolvimento rápido do Centro-Oeste brasileiro, impulsionando o surgimento de novas cidades ao redor de Brasília em um horizonte de médio prazo. Além de proporcionar o crescimento urbano, Corbisier aponta para o surgimento de novas rotas de transporte rodoviário, como a Belém-Brasília e a Brasília-Acre, as quais cortariam o cerrado e a Amazônia, facilitando o acesso às regiões remotas do Norte do país.

Era um projeto sagaz e visto com bons olhos por todos aqueles que compunham o governo de Juscelino Kubitschek. Corbisier ainda salienta os altos níveis de eficácia e de planejamento que a cidade seria capaz de apresentar, projetada especificamente para suprir as necessidades do Estado Brasileiro, e longe de qualquer influência de grupos privilegiados da alta aristocracia rural, tampouco de grupos burgueses ligados ao capital imobiliário privado. Essas seriam condições essenciais para que o Brasil, finalmente, se livrasse em definitivo de sua condição colonial.

Considerações Finais

Após a exposição das três obras isebianas, ao final desta monografia nos deparamos com uma série de temas que adentram o campo de estudos das ciências humanas, em especial o da geografia, desde o campo da geografia regional e urbana até o campo da geografia econômica e política. Além das temáticas observadas, de imediato identificamos a presença da ideologia nacional-desenvolvimentista nos três textos, embora de diferentes perspectivas. Antes de iniciar a exposição dos resultados, é necessário retomar os conceitos de ideologia e ideologia geográfica para continuar nossa linha de raciocínio.

De acordo com a definição do dicionário de Bottomore (2013) sobre o pensamento marxista, identificamos que ideologia tem um papel crucial na reprodução das relações sociais, inclusive na manutenção da relação de dominação da classe burguesa (dominantes) sobre a classe proletária (dominada). Tal forma de dominação é produzida e disseminada através de instituições que estão sob o seu controle, tais como o Estado, a religião e os meios de comunicação. Desse modo, a ideologia seria internalizada pela classe trabalhadora, levando-as aceitar determinados valores e visões de mundo, os quais reproduzem e naturalizam injustiças e explorações dentro da sociedade.

Entretanto, Marx defendia a necessidade de análise crítica das formas de ideologia, para que finalmente a classe trabalhadora pudesse perceber as contradições desse sistema, combater e destruir os instrumentos de dominação e opressão. Para isso, seria necessária a organização da classe trabalhadora por meio da conscientização das condições objetivas de exploração, construindo assim uma consciência de classe, a qual deveria ser difundida pela classe proletária em prol da superação do sistema capitalista de produção.

Com a difusão das obras de Marx, outras vertentes do pensamento marxista a respeito de ideologia foram surgindo no campo das ciências humanas. Nessa linha de pensamento, destacamos os intelectuais Caio Navarro de Toledo e Antônio Carlos Robert de Moraes que contribuíram com novas vertentes de ideologia e formas da consciência social, manutenção e construção dos espaços. No campo da geografia, Moraes ([1988] 2005) propõe a ideia de ideologia geográfica, que busca desvendar as formas de como a ideologia é produzida e reproduzida no espaço, além de ser utilizada para legitimar

determinados discursos e práticas a fim de construir políticas territoriais. Moraes se aproxima de Marx ao argumentar que a ideologia pode também vir a ser usada como ferramenta de poder, utilizada para justificar a dominação, a exploração e a desigualdade espacial. Essa abordagem, portanto, tenta analisar as relações entre ideologia, poder e espaço geográfico, sendo possível refletir sobre as implicações políticas e sociais da reprodução ideológica do espaço geográfico.

Já no campo da ideologia nacional-desenvolvimentista proposta por Toledo (1978) é sugerido um pensamento desenvolvimentista que enfatizava o processo de industrialização e modernização do país, superando as condições de atraso dos países subdesenvolvidos. Tal ideologia reconhecia o papel fundamental do Estado no desenvolvimento nacional, ao intervir nos setores da economia através do planejamento e da implementação de políticas públicas para impulsionar o desenvolvimento nacional. Conforme exposto por Toledo, coube ao ISEB o papel de ser um dos principais difusores desta ideologia através de suas publicações, estudos e exposições.

Nas três obras escolhidas para nossa análise identificamos a presença do nacional-desenvolvimentismo e em todas elas notamos o compromisso dos autores em promover um estudo que visasse o entendimento sobre o processo de formação econômica e territorial brasileira, para guiar políticas públicas a partir de uma forma de pensamento progressista que contemplasse o desenvolvimento nacional.

De maneira geral, Gilberto Paim (1957) se volta à formação da economia nacional pautada pela “economia natural” ao longo dos séculos XIX e XX. O autor expõe a estruturação do mercado externo brasileiro com as crescentes exportações dos bens agrícolas e primários do país, ditando o ritmo do crescimento econômico, e também a expansão do setor primário e os primeiros indícios de estruturação do mercado interno, que posteriormente criaria as condições para o início do desenvolvimento da indústria nacional, por volta das primeiras décadas do século XX.

Na obra de Celso Furtado (1959), a ideologia de desenvolvimento nacional se evidencia na contextualização que o autor faz acerca da formação econômica nordestina para identificar as fragilidades da economia da região, e

propor um plano de ação para mitigar as suas desigualdades econômicas, sociais e estruturais.

Por fim, na obra de Roland Corbisier (1960) o nacional-desenvolvimentismo se demonstra na defesa do projeto de construção de Brasília, com o objetivo de desbravar o cerrado brasileiro e descentralizar o fluxo econômico concentrado no Sudeste brasileiro, promovendo uma maior integração entre as regiões brasileiros e potencializando o desenvolvimento da economia nacional.

Após esta análise circunstanciada das propostas teóricas e práticas de cada obra, a principal conclusão que chegamos é a seguinte: não notamos a presença de conteúdos geográficos significativos, e tampouco de Ideologias Geográficas nas três obras isebianas. É possível afirmarmos, porém, que existe nelas uma série de temas que são correlatos ao campo de estudos da geografia. Portanto, em relação à hipótese defendida no início da pesquisa – de que em todas as obras selecionadas encontraríamos variados trechos com “conteúdos geográficos” –, esta não foi verificada, como pudemos inferir a partir da estruturação do capítulo 3.

Das obras selecionadas, *Industrialização e Economia Natural* (1957) é aquela que menos apresenta temas e termos correlatos com a geografia. Há algumas discussões que parecem tangenciar problemas geográficos importantes, como é o caso das características político-econômicas das relações de comércio internacional envolvendo os países periféricos da América Latina, em especial o Brasil. Diante do papel crescente do país como um forte exportador de bens primários, o autor demonstra como a economia brasileira se desenvolveu através da expansão do comércio exterior, puxado pelo desenvolvimento produtivo da Economia Natural ao longo do século XIX. Com essa mudança na política econômica, o autor nota mudanças expressivas no mercado interno, no momento em que surge os primeiros resquícios de “industrialização no campo”, quando as grandes fazendas conseguem criar suas condições necessárias para suprir as necessidades locais, como a fabricação de bens de consumo imediatos e a fundição de ferro para confecção de ferramentas, por exemplo. Diante desta mudança ocorrida no campo, o mercado interno vai se ampliando ao longo do século XIX, e consegue se estruturar minimamente, substituindo, segundo o autor, até 70% das importações. Estas

discussões, ainda que não sejam feitas com conceitos e categorias da geografia, se aproximam muito de problemas como a urbanização e a organização do território nacional, que são fundamentalmente geográficos.

Na segunda obra de análise, *Operação Nordeste* (1959), de Celso Furtado, já é possível encontrar registros mais significativos de temas e conteúdos com características geográficas. Nota-se o uso não sistemático de termos da geografia quando o autor explica a formação territorial e econômica do Nordeste. Entre as temáticas que cabem ao campo de estudos da geografia, Furtado contextualiza a contundente disparidade socioeconômica, comparando as desigualdades estruturais e os aspectos técnicos de desenvolvimento do Nordeste com as demais regiões brasileiras, em especial a do Centro-Sul.

Outra indicação de conteúdo geográfico no texto refere-se à especialização e à influência do meio na dinâmica populacional e econômica. Ao citar a faixa da Zona da Mata, que se estende por todo o litoral nordestino, o autor menciona a concentração demográfica e latifundiária nessa região, devido às condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento e cultivo da então principal atividade econômica do Nordeste: o cultivo da cana-de-açúcar. Ao adentrar no sertão da Caatinga, a dinâmica se altera em comparação à litorânea. Em relação ao pensamento geográfico, notamos o autor atribuir certas características à região, nomeada por ele de *hinterland*: forte concentração fundiária, com predominância da monocultura de algodão, da pecuária extensiva e de algumas culturas de subsistência, atividades vulneráveis à seca devido à falta de infraestrutura e do baixo desenvolvimento dos meios técnicos de adaptação ao clima; população de mais de um milhão de habitantes, grande parte vivendo sob condições precárias, sujeita à pobreza e a altas taxas de desemprego; clima seco, com baixos níveis pluviométricos anuais e presença de solo secos, com pouca quantidade de matéria orgânica.

Ainda sobre a obra de Furtado, outra característica que podemos identificar enquanto conteúdo geográfico corresponde ao plano de ação proposto pelo autor, com um desenvolvimento técnico das forças produtivas voltadas à agricultura, com o objetivo de alcançar uma melhora da produção e das condições socioeconômicas de toda a população. Entre as ações que o autor sugere, estaria a melhora no sistema de captação de água e de irrigação, que elevaria a produtividade no campo, diminuindo assim um dos principais

problemas enfrentando pela população: a fome. Outra medida seria a adoção de técnicas agrícolas que não agredissem o solo, evitando maiores problemas causados pela erosão por impacto (o que poderia ser lido como a substituição de um meio natural por um meio técnico). Por fim, mais uma das medidas que o autor sugere seria o desenvolvimento da infraestrutura para impulsionar a instalação de indústrias na região, resolvendo o problema do desemprego e as disparidades econômicas entre o Nordeste e o Centro-Sul.

Finalmente, na obra de Roland Corbisier, *Brasília e o Desenvolvimento Nacional* (1960), identificamos a presença de conteúdos geográficos na exposição que a autor faz acerca da formação histórica brasileira e de suas características coloniais. Corbisier demonstra como essas características moldaram e estruturam posteriormente todo o desenvolvimento econômico, cultural, político e urbano no Brasil, mantendo o país refém na periferia do sistema capitalista mundial, em um momento de crescimento da interferência dos países centrais na América Latina. Em sua argumentação, o autor usa a cidade do Rio de Janeiro como exemplo maior. Corbisier destaca os problemas urbanos e sociais presentes no Rio de Janeiro: a então capital brasileira demonstrava sérios problemas urbanos de infraestrutura, como o crescimento desordenado, a baixa cobertura de saneamento básico, inúmeros problemas nos sistemas públicos de saúde e educação, entre outros. Outra característica relacionada ao estudo geográfico corresponde ao pensamento exposto pelo autor sobre a ausência de um projeto de desenvolvimento econômico que conseguisse integrar todo o território nacional, sem que este estivesse concentrado na região Centro-Sul (em especial nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais).

É notório o pensamento estratégico e econômico do autor, que de certa forma se enquadra como pensamento geográfico. Corbisier reconhece as desigualdades estruturais presente no país e toda a potencialidade de desenvolvimento que o território poderia oferecer. Nessa linha de pensamento, o autor defende um projeto de integração nacional por meio da construção de Brasília. A região do Centro-Oeste (então ainda pouco explorada) demonstrava um forte potencial de desenvolvimento, para a expansão e o desenvolvimento do agronegócio, que traria um novo ritmo econômico. Segundo o autor, uma nova capital federal no centro do território nacional seria capaz de redirecionar e

melhor redistribuir os investimentos federais voltados ao desenvolvimento nacional, descongestionando o fluxo Rio-São Paulo e ativando as demais regiões do país.

Assim, diante da análise que realizamos das três obras isebianas citadas, observamos que é possível afirmar que existem nelas “conteúdos geográficos”, mas que estes conteúdos aparecem de forma apenas tangencial, “diluída”, e muito menos frequente do que esperávamos de início. Ao delimitar tais leituras como objeto de nossa investigação, esperávamos encontrar uma variedade de conteúdos com características geográficas. Entretanto apenas na obra de Celso Furtado encontramos trechos suficientes para sustentar nossa hipótese. É certo que o objeto de estudo corresponde apenas a uma parte restrita das produções isebianas, e por isso não seria prudente de nossa parte afirmar que há – ou não – um pensamento geográfico dentro das obras do Instituto (que, como mencionamos, é um tema ainda pouco estudado dentro do campo da Geografia). Para isso, caberia uma pesquisa mais abrangente e sistemática, que analisasse um número maior de obras e de autores que compuseram o ISEB.

Por fim, lembramos que esta pesquisa pode eventualmente servir de incentivo para que outros estudos sejam feitos sobre este importante centro de produção de conhecimento no Brasil, que foi o ISEB. Sabe-se que ele teve grande importância entre os governos de Juscelino Kubitschek e o de João Goulart – apesar de seus “vícios ideológicos” –, e que sempre esteve empenhado na produção de pesquisas voltadas para o desenvolvimento nacional e a superação das condições econômicas, políticas, sociais e culturais do Brasil frente à sua condição de país periférico no sistema capitalista mundial.

REFERÊNCIAS

BARIANI JUNIOR, Edison. **ISEB: Um Recenseamento Bibliográfico**. In: Navarro de Toledo, Caio. (Org.). *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. 1ed. Rio de Janeiro-RJ: Revan, 2005, v., p. 233-252.

BESSA, Vagner de Carvalho. **Território e desenvolvimento**: as ideologias geográficas no Governo JK (1956-1960). 1994. Dissertação (Programa de Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRASIL, Presidência da República. **Plano de metas do presidente Juscelino Kubitschek**: Estado do Plano de Desenvolvimento Econômico em 30 de junho de 1958. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1958.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. **Textos para discussão**, São Paulo, n. 274, 2010.

CORBISIER, Roland. **Brasília e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

IASI, Marcos. **O que é Ideologia**: aula 7 #LéxicoMarx. TV Boitempo, 2013. 8 min. Disponível em: <https://youtu.be/P6uQ1-KNSDw> . Acesso: 12 maio de 2023.

KRIPKA, Rosana M. L.; M. Scheller; D. de L. Bonotto. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones UNAD**, Bogotá, v. 14, n. 2, p. 55-73, jul./dez. 2015.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MORAES, Antônio Carlos Robert (1988). **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, Márcio de. O ISEB e a construção de Brasília: correspondências míticas. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 487-512, maio/ago. 2006.
PAIM, Gilberto. **Industrialização e economia natural**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

TENÓRIO, Fernando; WANDERLEY, Sergio. Celso Furtado: um economista a serviço da gestão pública (1943-1964). **Revista Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 507-526, maio/jun. 2018.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB**: Fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1978.

VALE, Antônio Marques do. **O ISEB, os intelectuais e a diferença**: um diálogo teimoso na educação. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

VELEZ, Ricardo. **Pensadores brasileiros**: Gilberto Ferreira Paim (1919-2013). Maio 2020. Disponível em: www.ricardovelez.com.br/blog/pensadores-brasileiros-gilberto-ferreira-paim-1919-2013. Acesso em: 24 abr. 2023.